

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO PAULO MEDEIROS CECILIO

**ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM ENSAIO SOBRE
A LITERATURA.**

Porto Alegre

2016

JOÃO PAULO MEDEIROS CECILIO

**ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM ENSAIO SOBRE
A LITERATURA.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Valiati.

Porto Alegre

2016

JOÃO PAULO MEDEIROS CECILIO

**ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM ENSAIO SOBRE
A LITERATURA.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de
Graduação em Economia da Faculdade de
Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito
parcial para obtenção do título Bacharel em
Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leandro Valiati.

UFRGS

Prof. Dr. Stefano Florissi.

UFRGS

Prof. Dr. Glaison Augusto Guerrero.

UFRGS

RESUMO

Estudos recentes apontam a economia criativa como sendo a principal forma de produção no século XXI. Vê-se cada vez mais mercadorias de conteúdo simbólico sendo comercializadas e ganhando parcelas cada vez maiores do produto interno dos países. Dada suas características específicas, ela pode se tornar uma alternativa viável de desenvolvimento econômico. Esse trabalho delimita o conceito de economia criativa e de diversas visões sobre desenvolvimento econômico, mostrando as possíveis relações entre os dois termos.

Palavras-chave: Economia, Criativa, Desenvolvimento, Econômico, Criatividade.

ABSTRACT

Recent studies point to the creative economy as the main dominant form of production in the twenty-first century. It is seen increasingly symbolic content products being marketed and gaining increasing portions of the inner product of countries. Given its specific characteristics, it can become a viable alternative for economic development. This work defines the concept of creative economy and diverse views of economy development, showing the possible relations between the two terms.

Keywords: Economy, Creative, Development, Economic, Creativity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – [Pirâmide de Maslow].....	15
Figura 2 – [Modelo <i>The Work Foundation</i> de indústrias criativas].....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – [Salário médio dos setores criativos].....	58
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – [Modelo KEA de indústrias criativas].....	37
Quadro 2 – [VA da economia criativa].....	59
Quadro 3 – [Exportações mundiais de produtos e serviços criativos].....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCMS	–	<i>Departament for Culture, Media and Sport.</i>
ODM	–	Objetivos do Milênio.
IPEA	–	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
UNCTAD	–	<i>United Nations Conference on Trade and Development.</i>
ONU	–	Organização das Nações Unidas.
OECD	–	<i>Organisation for Economic Co-Operation and Development.</i>
GPL	–	<i>General Public License.</i>
CEPAL	–	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
PNUD	–	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
CBO	–	Classificação Brasileira de Ocupações.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ECONOMIA CRIATIVA	14
2.1 UMA NOVA FORMA DE CONSUMIR E PRODUZIR	14
2.2 CONCEITO DE ECONOMIA CRIATIVA	18
2.3 PROPRIEDADE INTELECTUAL	23
2.3.1 Direitos de propriedade intelectual	24
2.3.2 Direitos autorais	25
2.3.2 Tecnologia, Co-criação e <i>Copyright</i> x <i>Copyleft</i>	26
2.4 INDÚSTRIAS CRIATIVAS	30
2.4.1 Definições	34
2.4.1.1 <i>Classificação das indústrias criativas através dos direitos autorais</i>	34
2.4.1.2 <i>Modelo dos círculos concêntricos de David Throsby</i>	36
2.4.1.3 <i>Modelo KEA</i>	36
2.4.1.4 <i>Modelo The Work Foundation</i>	37
2.4.1.5 <i>Modelo de produção de mercadorias culturais</i>	39
2.4.1.6 <i>Modelo dos criativos incorporados</i>	39
2.4.1.7 <i>Modelo britânico de indústrias criativas, DCMS</i>	40
2.4.1.8 <i>Modelo texto simbólico de indústrias criativas</i>	40
2.4.1.9 <i>Modelo da UNCTAD das indústrias criativas</i>	40
3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	42
3.1 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	43
3.1.1 Desenvolvimento segundo os economistas clássicos	44
3.1.2 Desenvolvimento segundo Marx	45
3.1.3 Desenvolvimento segundo Malthus, Keynes e Kalecki	46
3.1.4 Desenvolvimento segundo Schumpeter	46
3.1.5 Desenvolvimento segundo a CEPAL	47
3.1.6 Desenvolvimento segundo Amartya Sen	48

3.1.6.1 Utilitarismo, liberalismo e o foco das liberdades na avaliação de políticas públicas	51
3.2 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	52
3.3 SUBDESENVOLVIMENTO E SUAS ESTRUTURAS	55
4 ECONOMIA CRIATIVA E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO	57
4.1 ECONOMIA CRIATIVA COMO FONTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	57
4.2 ECONOMIA CRIATIVA NA VISÃO CONTEMPORÂNEA DE DESENVOLVIMENTO .	66
4.3 UMA NOVA CLASSE	70
4.4 OS DESAFIOS DO REGIME DE DIREITOS AUTORAIS	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS.....	78

1 INTRODUÇÃO.

Este trabalho procura entender e estabelecer relações entre a economia criativa e o desenvolvimento econômico. É de consenso na literatura especializada que estamos atravessando um período de transformação das relações de produção, distribuição e consumo mundiais. Diversas expressões são utilizadas como “nova economia”, “economia da informação” e “economia do conhecimento” na tentativa de dar nome a esse novo momento em que temos a criatividade se tornando o principal recurso das economias modernas, e o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social (CORAZZA; SABBATINI; VALIATI, 2013).

Em Howkins (2011) é feito um panorama histórico sobre as mudanças no padrão de consumo dos países industrializados. Segundo o autor, em 1997 os Estados Unidos produziram U\$414 bilhões em produtos ligados a direitos autorais (livros, filmes, música, TV, entre outros), se tornando um dos principais produtos de exportação do país, superando outros como vestuário, produtos químicos, automóveis, computadores e aviões. Isso reflete uma mudança do padrão de consumo mundial. Além do consumo, pelo lado da produção, as empresas têm se tornado cada vez mais dependentes do uso de tecnologia. Os ganhos de produtividade advêm do uso de novas técnicas e tecnologias dentro do setor industrial, além de novos processos de gestão ligados ao setor de serviços. A automação está presente em larga escala e tem reduzido cada vez mais a necessidade do trabalho manual também. Ligado a isso está o crescimento do setor de serviços, que utiliza cada vez mais fatores de produção intangíveis.

O conhecimento, e a criatividade são os novos recursos desse novo momento, e tudo isso aponta para que a economia criativa seja a forma de produção predominante no século XXI. Os ganhos de escala advindos da transformação de ideias em produtos são, em certa análise, infinitos e estão limitados a novos fatores. A natureza dos ganhos de escala desses novos recursos inspirou o estudo da *Global Business Network*, que aponta para o interessante fenômeno do grande crescimento econômico dos Estados Unidos de 1996 a 2000, o qual não apresentou inflação mais acentuada nesse período, além de ter aberto novos postos de trabalho. Um dos fatores que poderia explicar esse fenômeno seria o cruzamento entre os setores criativos e a economia tradicional (HOWKINS, 2011).

Por conta disso, se faz necessário delimitar as relações diretas e indiretas entre a economia criativa e o desenvolvimento econômico. A literatura aponta para a economia criativa como uma das alternativas para os países emergentes conseguirem sair mais rapidamente da condição de subdesenvolvimento. O objetivo desse trabalho é elucidar por quais motivos isso se torna verdadeiro ou não.

Se torna cada vez mais relevante a sua contribuição para o produto, para o emprego e para outros indicadores de desenvolvimento humano. Os dados mostram que nas indústrias criativas o crescimento é superior ao da economia global, que os salários tendem a ser maiores e que ela é uma alternativa mais inclusiva para jovens, mulheres e alguns tipos de comunidades mais desfavorecidas em sua geografia. Em alguns países essas indústrias empregam mais que setores tradicionais da economia.

Desenvolvimento econômico é um conceito sobre qual não há consenso dentro da literatura sobre sua definição. Diversas correntes de pensamento entendem os objetivos centrais do desenvolvimento de formas diferentes e, principalmente, os diversos meios para atingi-los. No centro dessa discussão está a própria visão sobre a economia como um todo dessas diversas linhas de pensamento. Por isso, pensar em desenvolvimento econômico é revisitar cada um desses modelos.

Dentro de uma visão moderna, é preciso superar a visão restrita do crescimento econômico como solução para todos os problemas. Se faz necessário pensar em desenvolvimento de forma mais ampla e abrangente, pois os indicadores de crescimento e renda média tiveram melhora em muitos países que não viram isso se reverter em benefício para maior parte das suas populações.

Em suma, este trabalho buscará primeiramente delimitar o conceito economia criativa, utilizando dos principais autores sobre o tema. Em seguida, discutir o conceito de desenvolvimento humano sobre diversas linhas de pensamento. Por fim, aprofundar o entendimento da relação entre a economia criativa e o desenvolvimento econômico, delimitando dentro de suas características quais delas que se relacionam com as diversas visões sobre ele, apontando quais são os fatores determinantes que fazem com que esses setores contribuam de maneira singular ao processo de evolução das economias modernas.

2 ECONOMIA CRIATIVA

2.1 Uma nova forma de consumir e produzir

No livro *Economia Criativa* de Howkins (2011) é feito um panorama histórico sobre as mudanças no padrão de consumo dos países industrializados. Em 1997 os Estados Unidos produziram U\$414 bilhões em produtos ligados a direitos autorais (livros, filmes, música, TV, entre outros), se tornando um dos principais produtos de exportações do país, superando outros como vestuário, produtos químicos, automóveis, computadores e aviões.

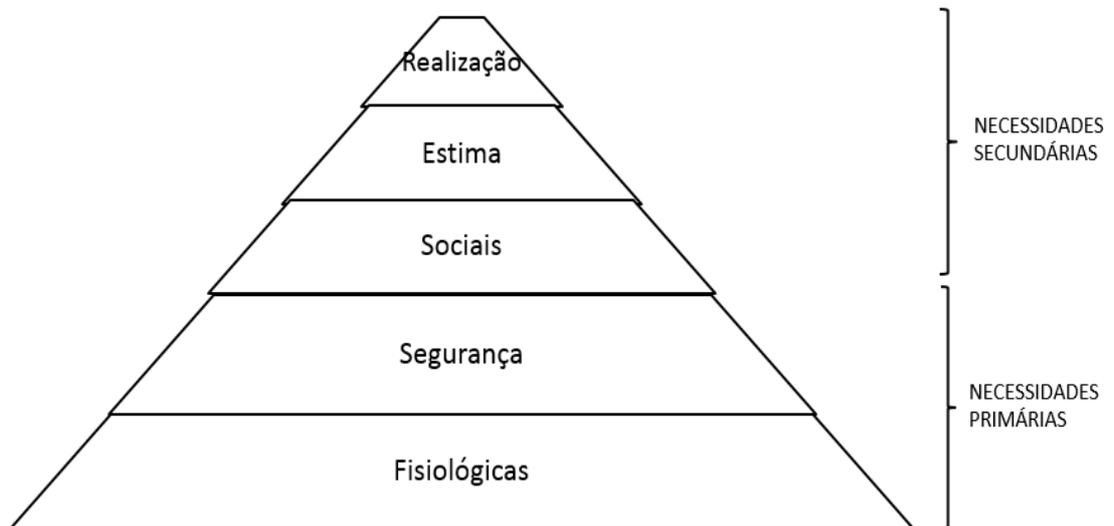
Isso reflete uma mudança do padrão de consumo mundial. Pesquisas mostram que as necessidades dos consumidores mudaram consideravelmente nos últimos anos. No livro, Howkins (2011) argumenta através do estudo do psicólogo Abraham Maslow, o qual defende que as necessidades humanas ascendem segundo uma hierarquia, que vão das mais básicas (fisiológicas) às emocionais e espirituais.

É necessário entender aqui como se dá essa mudança nos hábitos de consumo através do comportamento dos agentes. Segundo Chiavenatto (2000), para entender comportamentos, faz-se necessário o estudo das motivações e Maslow foi um dos maiores especialistas em motivação humana. Sua teoria foi confirmada por alguns estudos e refutada por outros, mas num geral vem sendo bem-aceita e oferece um esquema orientador e útil.

Por ter apresentado as necessidades humanas em níveis hierarquizados, isso significa que somente quando um nível inferior de necessidade é satisfeito que o nível superior exerce influência sobre o comportamento. Assim, quando e somente quando, uma necessidade é satisfeita, essa deixa de exercer influência sobre o comportamento, dando oportunidade para um nível superior se manifestar e preponderar. Caso alguma necessidade de nível inferior deixe de ser atendida, ela volta a preponderar (CHIAVENATTO, 2000).

Abaixo um breve resumo da apresentação de Chiavenatto (2000) sobre os níveis hierárquicos da pirâmide de Maslow:

Figura 1 – Pirâmide de Maslow.



Fonte: Elaboração própria, Chiavenato (2000).

- a) Necessidades fisiológicas: o nível mais baixo das necessidades humanas -alimentação, repouso e abrigo. Estão relacionadas com a sobrevivência, são instintivas e já nascem com o indivíduo;
- b) necessidades de segurança: estabilidade, busca de proteção contra ameaça ou privação e fuga do perigo;
- d) necessidades sociais: associação, participação, aceitação por parte de um grupo, troca de amizade, afeto e amor;
- e) necessidades de estima: relacionadas com a maneira pela qual o indivíduo se vê e se avalia. Autoapreciação, autoconfiança, necessidade de aprovação social e de respeito, de status, de prestígio e de consideração, desejo de força e de adequação, de confiança perante o mundo, independência e autonomia;
- f) necessidades de autorrealização: realização do próprio potencial e autodesenvolvimento contínuo.

Assim, pode se concluir através do que foi apresentado por Howkins (2011), que ao longo do tempo os países industrializados (se referindo a economias mais desenvolvidas em termos de

bem-estar da população e renda per capita), já terem, na média, satisfeito suas necessidades mais básicas, necessidades essas da base da pirâmide de Maslow, estaríamos agora num novo estágio em que novas necessidades precisam ser atendidas, refletindo num novo padrão de consumo e demanda. Pela visão de Howkins (2011) essa nova demanda é composta em boa parte pelos produtos dos setores criativos: música, televisão, cinema, jogos de computador, literatura, design, entre outros os quais serão delimitados e aprofundados ao longo desse trabalho.

Os setores culturais estão se tornando mais comerciais e mais competitivos. O crescimento anual nos países da OECD (*Organisation for Economic Co-Operation and Development*) durante a década de 90 foi duas vezes aquele do setor de serviços como um todo e quatro vezes aquele do setor manufatureiro. Entre 1987 e 2005, os setores ligados a direitos autorais dos Estados Unidos aumentaram sua produção a uma taxa de 5,8% ao ano em comparação a 2,8% ao ano de outros setores, e o número de empregos em 4% ao ano comparados aos 1,6% da economia ordinária. O número de patentes americanas para invenções quase dobrou, passando de 89 mil em 1977 para 169 mil em 1999. O número de patentes europeias aumentou em um ritmo mais lento, porém a tendência ainda foi de crescimento (HOWKINS, 2011).

Até aqui foi colocado o crescimento do setor criativo (conceito que será delimitado na próxima sessão), e o surgimento de uma nova demanda que partiu de novas necessidades da sociedade moderna. No entanto, essa “nova economia” não é apenas feita de uma nova forma de consumir, mas de uma nova forma de produzir também. As empresas têm se tornado cada vez mais dependentes do uso de tecnologia. Os ganhos de produtividade advêm do uso de novas técnicas e novas tecnologias dentro do setor industrial. Isso sem mencionar o crescimento do setor de serviços, que utiliza cada vez mais fatores de produção intangíveis. O conhecimento, e a criatividade são os novos recursos desse novo momento, e tudo isso aponta para que a economia criativa seja a forma de produção predominante no século XXI (HOWKINS, 2011).

Outro termo correlato, que descreve parte desse processo é sociedade da informação. Segundo Himanen (2005), em sentido lato, o termo inclui elementos próximos aos colocados por Howkins (2011): organização em rede e o crescimento baseado em inovação. Se delimitarmos o conceito de inovação por uma ideia, método ou objeto criado em substituição a algo anterior ou sendo algo totalmente novo, dentro do contexto de ideias e invenções, estamos novamente

dizendo que um dos principais insumos dessa nova forma de produzir é a capacidade de criação do novo. Sendo assim, os conceitos de inovação e criatividade estão intimamente ligados.

Himanen (2005) ainda coloca que ao longo dos anos o crescimento tem sido gerado cada vez mais pela combinação desses dois elementos: inovações tecnológicas e sociedades em rede. Essas se tornando cada vez mais comuns e a inovação tomando cada vez maior importância no mercado de trabalho. Podemos observar essa tendência em trabalhos rotineiros e repetitivos que têm sido automatizados por softwares em substituição ao trabalho humano. Aumenta assim a importância do trabalho analítico simbólico e dos serviços personalizados. Os trabalhos criativos/simbólico-analíticos são especificamente baseados na resolução criativa de problemas, ou na criação de novos problemas. Contudo, o papel da componente criativa é também enfatizado em trabalhos baseados na interação e trabalhos que envolvem competências manuais.

É preciso enfatizar que sob as pressões da competição internacional e a nova divisão global do trabalho, faz-se necessário que os países procurem desenvolver-se através da inovação tecnológica, confiando na técnica e na criatividade, pois os trabalhos e a produção rotineira estão sujeitos a concorrência de baixo custo dos países asiáticos. É preciso reforçar a produtividade através da inovação, fazendo com que a criatividade torne possível aumentar os valores produzidos e a eficiência geral da produção (HIMANEN, 2005).

Ainda é possível relacionar o estudo dos dois autores pelo conceito de criatividade, dentro da hierarquia de necessidades de Maslow, conforme Himanen (2005, p.354): “A criatividade está relacionada com a necessidade humana de auto realização e crescimento pessoal contínuo”. A busca por um significado, o topo da pirâmide, não está refletido apenas no lado do consumo como citado anteriormente, mas amplamente se torna um dos principais fatores de motivação dentro do ambiente de trabalho. Conforme verificado por Pink (2010), estamos de frente para uma mudança do conceito de sucesso e realização pessoal sobre o trabalho. Enquanto que na geração dos nascidos nos anos 50 e 60 (*baby boomers*) tínhamos a realização financeira e material como referência para a realização pessoal, os seus filhos e filhas (geração y, *millennials* ou *baby boomers*), que são recém-ingressantes da força de trabalho, tem um conjunto de valores totalmente novo. Essa geração não vê o dinheiro como maior forma de realização, optando por

uma série de fatores não financeiros, como fazer parte de uma grande equipe ou ter o sentimento de retribuir à sociedade mediante o seu trabalho.

Florida (2002 apud Himanen, 2005) aponta para o surgimento e ascensão do que foi denominado como classe criativa composta por investigadores, engenheiros, produtores de cinema, produtores de mídia, artistas, designers, arquitetos, médicos, professores, analistas, advogados e gestores. Segundo o autor, essa classe já deve representar atualmente um terço da força de trabalho. Não podemos restringir a economia criativa somente a essas profissões também, os trabalhos de serviço são também um outro grupo extenso dentro da sociedade da informação junto a outros trabalhos simbólico-analíticos. Além disso, a criatividade de interação tem sido vista como outra forma importante de criatividade, pois melhora a produtividade e a qualidade do trabalho. Ainda em IPEA (2013) é colocado que as ocupações criativas tendem a pagar melhores salários e estão associadas a empregos de melhor qualidade com níveis de satisfação acima da média. Exatamente por estarem relacionadas aos pontos que já apresentamos em relação a realização pessoal e social através do senso de envolvimento cultural e criativo dessas atividades.

Com isso, talvez o maior impacto da economia criativa, em termos de crescimento econômico, não esteja apenas dentro dos segmentos criativos tradicionais, mas na forma como suas habilidades e modelos de negócios estão sendo usados para criar valor em outras áreas. O uso da imaginação, a gestão do capital intelectual, a melhor forma de incentivar e recompensar pessoas criativas, as escalas de tempo reduzidas, a reação ao sucesso e ao fracasso; essas habilidades, que somente agora passaram a fazer parte da agenda de empresas convencionais, são os atributos da pessoa criativa. Como apresentado por Howkins (2011, p.236): “isso sintetiza a economia criativa, a matéria-prima é o talento humano: o talento de ter ideias novas”.

2.2 Conceito de economia criativa.

O conceito economia criativa passou a ganhar relevância a partir dos anos 2000. Ao redor do mundo são apresentadas diversas formas de definição, mensuração e caracterização desse conceito e do grupo de atividades que compõe os setores criativos (IPEA, 2013).

IPEA (2013), sintetiza como referência ao conceito de economia criativa os relatórios da UNCTAD (2010) e Unesco (2009). Como já mencionado, é um conceito que está em construção e em constante evolução, que está baseado em ativos criativos que promovem crescimento econômico e desenvolvimento social, além de se apresentar como alternativa viável para os países em desenvolvimento.

Howkins (2011) também é um dos autores mais aceitos para definição do tema, sendo citado em várias outras obras sobre o assunto. Apresenta o conceito de economia criativa como a relação entre criatividade, o simbólico e a economia, sendo a criatividade o fator mais importante na produção de bens e serviços caracterizados como criativos (o autor usa a expressão “produto criativo”).

Para o autor, também existem dois tipos de criatividade, um que se relaciona com a autorrealização das pessoas, e o outro que gera um produto. Esse segundo tipo é mais forte nas sociedades industriais, pois é ele que combinado com outros aspectos simbólicos leva a criação desses bens e serviços criativos que são valorizados por representar a novidade, a inovação tecnológica e científica. Sintetizando, Howkins (2011¹ apud IPEA, 2013, p.20) diz: “a criatividade não é nova e nem é a economia, mas o que é novo é a natureza e a extensão da relação entre eles e como eles combinam extraordinariamente para criar”.

Economia da cultura, conceito correlato à economia criativa possui algumas distinções acerca dos produtos e setores abarcados. Em essência, os dois compartilham os mesmos pontos fundamentais de compreensão. Assim, se faz necessária a distinção entre os dois conceitos.

Em UNCATD (2010, p.5) economia da cultura está definida como:

É a aplicação de análise econômica a todas as artes criativas e cênicas, às indústrias patrimoniais e culturais, sejam de capital aberto ou fechado. Ela se preocupa com a organização econômica do setor cultural e com o comportamento dos produtores, consumidores e governos nesse setor. O tema inclui uma variedade de abordagens, de correntes principais e radicais, neoclássicas, de economia do bem-estar, de política pública e de economia institucional.

1 HOWKINS, John. **ECONOMIA CRIATIVA: COMO GANHAR DINHEIRO COM IDEIAS CRIATIVAS**. São Paulo: M.books, 2011. 272 p. Tradução de: GRIESI, ARIIVALDO.

Ainda conforme o relatório da UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*) economia criativa está definida como:

É um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico.
 Ela abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo;
 É um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral;
 É uma opção de desenvolvimento viável que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial;
 No centro da economia criativa, localizam-se as indústrias criativas (UNCTAD, 2010, p.10).

Como se pode concluir, a economia da cultura é um ramo da ciência econômica que está mais voltado para analisar as extensões dos efeitos econômicos das atividades tidas como culturais, aplicando o instrumental analítico da economia em suas mais diversas abordagens ao setor cultural e às cadeias de produção desse. Também se coloca como análise alternativa para os fenômenos econômicos desse setor, indo além da visão neoclássica de valor de troca, procurando entender como se dá a formação do valor cultural de uma sociedade. Já a economia criativa inclui outros elementos, esses ligados à criatividade em amplo sentido (*knowledge-based economy*). Ou seja, além das atividades culturais são tratadas também pela economia criativa atividades como moda, design, publicidade e propaganda, software, tecnologias de informação e comunicação, áreas científicas, entre outras (CORAZZA; SABBATINI; VALIATI, 2013).

Com isso, podemos entender que o conceito de economia criativa abrange a economia da cultura dentro do seu escopo, com a inclusão de mais alguns setores criativos, que representam um número bem maior de atividades, sendo esses setores bastante distantes das tradicionais áreas artísticas (CORAZZA; SABBATINI; VALIATI, 2013).

Assim, através do que foi analisado em UNCTAD (2010), IPEA (2013) e Corazza, Sabbatini e Valiati (2013), podemos dizer que a economia criativa é:

- a) O conjunto de atividades econômicas que depende de conteúdo simbólico;
- b) um conceito com base em recursos criativos potencialmente geradores de crescimento e desenvolvimento econômico;

- c) pode promover ganhos de geração de renda, criação de emprego e exportação promovendo inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano;
- d) abrange aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com a tecnologia e propriedade intelectual numa mesma dimensão e tem relação de transbordamento e externalidades;
- e) necessita de abordagem e investimentos específicos, pois não pode ser tratada dentro dos mesmos parâmetros da economia *mainstream* tradicional, possuindo motivações mais abrangentes como a criação de atividades com valor de mérito e cultural, além da estruturação mais eficiente da condição de bem público das manifestações culturais.

2.2.1 Criatividade e Produto Criativo

Como colocado, a criatividade é o principal recurso da economia criativa. No entanto, não temos uma definição clara para o termo. Seja como for a interpretação, não restam dúvidas de que ela é um elemento crucial na definição de outros termos que abordaremos na sequência como indústrias criativas e produtos criativos.

Segundo IPEA (2013), a criatividade pode ser vista como o processo pelo qual as ideias são geradas, conectadas e transformadas em coisas que são valorizadas. Howkins (2011) ainda coloca que pode ser definida como um talento, uma aptidão, que é posta em prática toda vez que alguma pessoa fizer algo novo, seja algo totalmente novo ou melhorando algo existente, podendo partir de iniciativas individuais ou de grupo.

Para UNCTAD (2010), existem várias definições para o termo criatividade, mas nenhuma que consiga abranger todas as dimensões desse fenômeno. Não há consenso se a criatividade é uma característica, atributo das pessoas ou um processo pelo qual ideias e produtos novos são gerados. É possível, no entanto, agrupar as diferentes manifestações da criatividade nas diferentes áreas da atividade humana, e assim caracterizá-la entre:

- a) Criatividade artística, que envolve a imaginação e a capacidade de gerar ideias originais e novas maneiras de interpretar o mundo, expressa em texto som e imagem;

- b) criatividade científica, que envolve curiosidade e uma vontade de experimentar e fazer novas conexões em resolução de problemas;
- c) criatividade econômica que é um processo dinâmico conducente à inovação em tecnologia, práticas de negócios, marketing, e está intimamente ligada à obtenção de vantagens competitivas na economia (IPEA, 2013).

Podemos dizer que a criatividade é o uso de ideias que geram novas ideias, produtos, serviços ou processos. No entanto, isso não quer dizer que a criatividade é um conceito sinônimo de inovação. O conceito de inovação foi ampliado atualmente para algo além de uma natureza funcional e está focada principalmente em novos produtos e serviços ao invés do processo em si (IPEA,2013).

Ainda em Howkins (2011) é defendida a ideia de que a criatividade é necessária tanto para o trabalho do artista quanto do cientista, especialmente em pesquisa e desenvolvimento. Assim a criatividade é um recurso comum aos dois, e essa uma justificativa para tratarmos atividades tradicionalmente culturais e criativas dentro do mesmo conceito de economia criativa. Para ele, as duas atividades passam pelos mesmos processos mentais e de criação, passando pela imaginação (visualização) e descrição (representação) da natureza e do significado da realidade. Por isso, é fundamental entender que como as atividades do artista e do cientista estão intimamente ligadas pelo mesmo processo criativo, as mesmas leis devem regular os direitos e obrigações das duas atividades. Ronan (1983², apud Howkins, 2011, p.14) coloca: “Engajar-se nas ciências exige uma imaginação vívida e criativa, temperada por firme disciplina, apoiada em uma base de experiência observacional”. A diferença entre os dois está no resultado da manifestação desse processo, como eles apresentam essa imaginação ao mundo e como protegem o seu valor econômico. Assim, a criatividade é a mesma, mas os produtos criativos diferentes.

A definição de produto criativo está também em Howkins (2011). Como citado anteriormente, a criatividade leva a diversas manifestações. A criatividade não necessariamente leva ao surgimento de um produto criativo, pois não implica obrigatoriamente uma atividade econômica. Ela pode ser algo que se relaciona com a autor realização das pessoas e por outro

2 RONAN, Colin. *The Cambridge History of the World's Science*. S.I.: Cambridge University Press, 1983.

lado com a geração de um produto com implicações econômicas e comercializável. Assim o produto criativo é definido por Howkins (2011) como uma ideia que tem valor econômico reconhecível.

Quando tratamos do valor do produto criativo temos duas dificuldades fundamentais. A definição de valor econômico propriamente dita, se torna confusa quando o valor econômico de um produto é altamente dependente de conceitos intangíveis como ideias e softwares, e possui direitos autorais de propriedade intangíveis como patentes, marcas e desenhos industriais (HOWKINS, 2011). Além dessa dificuldade, temos que o valor econômico é insuficiente para a descrição da importância social de um produto criativo, pois esse tem representações que vão além do valor de mercado (preço) desse bem.

2.3 Propriedade intelectual.

Os regimes de propriedade intelectual são os direitos protegidos por lei que visam regular a comercialização e uso da atividade intelectual nas áreas industrial, científica, literária e artística. Tem como objetivo principal proteger e garantir que os ganhos decorrentes do produto criativo sejam, pelo menos em parte, transferidos ao criador, estimulando assim a atividade criativa e o crescimento das indústrias relacionadas (UNCTAD, 2010). Essas indústrias estão envolvidas na produção, comercialização, transmissão ou distribuição dessas obras e participam dos ganhos através da comercialização dos direitos autorais.

A discussão sobre propriedade intelectual é de extrema importância para a economia criativa. Os autores analisados, afirmam que ela é imprescindível para o desenvolvimento de produtos criativos, inclusive que a existência de alguns deles depende da sua aplicação efetiva. Segundo UNCTAD (2010), a propriedade intelectual é um ingrediente fundamental para o desenvolvimento das indústrias criativas em todos os países. A proteção dos direitos autorais tem de ser um objetivo de política pública para os países que quiserem fortalecer sua economia criativa, sendo um passo fundamental para a vitalidade cultural e prosperidade econômica. Além disso, os produtos protegidos por direitos autorais podem vir a ser uma fonte de receita para esses países. Howkins (2011) ainda coloca que há importância fundamental, principalmente, em produtos eletrônicos software, assistência médica e bens de consumo. UNCTAD (2010) também ressalta que a importância dos direitos de propriedade não é só afirmada nas convenções

internacionais de propriedade, mas também nos instrumentos essenciais para outras políticas como a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

Essa importância é decorrente dos efeitos que a propriedade intelectual, e consequentemente, a aplicação dos direitos autorais proporcionam. Eles transformam a ideia criativa em algo com valor econômico reconhecido e um bem negociável (UNCTAD, 2010).

Pode-se dizer que os direitos autorais representam o meio legal que transforma a ideia criativa em produto criativo. Por ter esse efeito de transformação, ela se torna uma garantia de ganhos financeiros e uma forma de incentivo aos criadores, e que sem eles não seria viável a existência também das indústrias criativas envolvidas na distribuição e difusão de material protegido por direitos autorais, pois essas se beneficiam da comercialização dos direitos.

2.3.1 Direitos de propriedade intelectual

Os direitos de propriedade intelectual podem consistir de direitos autorais ou de indicações geográficas e denominações de origem e podem ser divididos da seguinte forma, conforme apresentado em UNCTAD (2010):

- a) **Patente:** são direitos exclusivos concedidos para uma invenção que tem elemento de novidade. Normalmente, tem duração limitada de 20 anos;
- b) **desenho industrial:** aparência, ou aspecto, estético do conjunto, ou parte, de um produto, precisa ter apelo estético e é constituído, basicamente, pelas linhas, contornos, cores e padrões do produto. É aplicado aos produtos da indústria e artesanato, tais como joias, estruturas arquitetônicas ou desenhos têxteis. Tem duração máxima de 15 a 25 anos;
- c) **marca registrada:** garante o direito exclusivo de usá-la para identificar produtos ou serviços, ou para autorizar outra pessoa a usá-la em troca de pagamento. Pode ser constituída por desenhos, símbolos, formas, música, sons vocais, fragrâncias ou cores. As marcas registradas devem ser distintas, mas quase tudo pode ser uma marca registrada;
- d) **indicações geográficas e denominações de origem:** esse tipo de direito tem papel importante para os países em desenvolvimento. Pois a indicação geográfica é uma

marca utilizada em produtos que tem origem específica, e que possuem qualidades ou uma reputação desse lugar de origem, incluindo fatores locais humanos, como habilidades específicas de fabricação e tradições. É uma forma de proteção para que uma tradição cultural não seja copiada, ou que seja feito mau uso dessa. Por isso, esse é um direito importante para os países em desenvolvimento, esses devem concentrar esforços para proteger seus conhecimentos tradicionais e suas competências, pois tem rica herança cultural. Infelizmente, raramente se beneficiam do comércio desses produtos que tem nichos de mercados significativos em países industrializados.

2.3.2 Direitos autorais

Dentro do campo de estudo dos direitos de propriedade intelectual, os direitos autorais são objeto de vários estudos e discussões internacionais, e possuem grande relevância no que toca o estudo da economia criativa, tanto no contexto de avaliação sobre a quem devem ser destinados os ganhos advindos da comercialização dos produtos gerados por esses direitos, quanto das limitações ao desenvolvimento ocasionadas pela rigidez desses. Conforme UNCTAD (2010), eles deveriam assegurar a propriedade de um direito comercializável com a finalidade de proteger um retorno financeiro para investimentos.

Além disso, as doutrinas jurídicas consideram que a existência de direitos autorais é uma consequência da modernização das sociedades e da necessidade cada vez maior de consumir produtos criativos, protegidos por esses direitos. Assim, esses direitos assegurariam a viabilidade e a existência desses produtos, ficando a cargo dos consumidores decidir dentre as mais variadas opções quais consumir. Outros, invocam o princípio moral de que os indivíduos deveriam ser recompensados por seu trabalho criativo e contribuição para a diversidade cultural (UNCTAD, 2010).

Também deve-se destacar que os direitos autorais protegem apenas a forma de expressão de uma ideia, e não a ideia em si. É protegida a escolha da organização das palavras, notas, músicas, cores, formas e assim por diante. Eles protegem o proprietário dos direitos das obras contra aqueles que as copiam, ou que a tomam e usam da forma como foi expressa pelo autor (UNCTAD, 2010).

Conforme UNCTAD (2010), podemos dividir os direitos autorais em:

- a) **Direitos morais:** esses dizem respeito a vontade dos criadores de serem identificados com suas obras. Eles regem além da autoria a manutenção do conteúdo original da obra. Assim o criador pode além de reivindicar a autoria, se opor a mudanças feitas no conteúdo da obra, indicando mau uso do conteúdo;
- b) **Direitos exclusivos:** consistem de um sistema de direitos concedidos aos criadores no momento da criação da obra. Eles podem ser negociados e vendidos a outros indivíduos ou outras empresas. Os criadores, herdeiros, ou proprietários desses direitos podem permitir ou não o uso das suas obras, como a reprodução ou publicação impressa, atuação pública, transmissão via rádio ou televisão e tradução para outras línguas. Esses direitos têm o prazo de 50 anos após a morte do criador.
- c) **Direitos conexos (*Royalties*):** pela necessidade de investimento financeiro e das competências profissionais necessárias para a distribuição, comunicação e comercialização das obras criativas, os criadores costumam vender ou licenciar os direitos autorais para outros indivíduos e empresas mais capazes para desempenhar esse papel, pois isso não pode ser feito pelo autor sozinho. Quando o pagamento pelo direito depende do uso efetivo da obra eles são chamados *royalties*.

Esses direitos protegem essas empresas que auxiliam o autor na comercialização da sua obra e tem sua existência justificada no fato de que o autor não conseguiria realizar esse trabalho. Sob outro ponto de vista pode-se dizer que isso é desleal, pois os autores são sempre obrigados a vender seus direitos para que seu produto alcance as grandes massas de consumidores. Analisando sobre o ponto de vista de que os autores devem vender a grandes corporações, podemos dizer que essa relação é assimétrica e que essas organizações podem lucrar mais que o próprio autor com a comercialização da obra.

2.3.2 Tecnologia, Co-criação e Copyright x Copyleft

Desenvolvimentos tecnológicos recentes transformaram completamente a forma como produzimos e nos relacionamos. Com isso, o acesso à informação e as transformações no mundo do trabalho estão atingindo diretamente a lógica dos direitos autorais. UNCTAD (2010) coloca

que as modificações na transmissão (surgimento da televisão, do rádio, da internet) transformaram o que antes era local e limitado, através das novas formas de reprodução, em algo ilimitado e repetido infinitas vezes, capaz de ser consumido por um público igualmente ilimitado, além das fronteiras nacionais.

Há uma variedade de mecanismos novos como a transmissão via satélite e via internet. A consequência disso é que o material produzido se torna rapidamente desprotegido. Isso levou os produtores de fonogramas e outras organizações a solicitar uma proteção melhor nesses casos. Como resposta, houve sugestões, tanto por parte dos produtores como dos consumidores para revisão do atual modelo empresarial das indústrias gravadoras, pois essas estariam fora de sintonia com a realidade da natureza e uso da internet. Assim, faz-se necessário um controle de conteúdo maior, assim como reformulações jurídicas para esses problemas atuais (UNCTAD, 2010).

Outra mudança provocada pelo avanço tecnológico está relacionada ao desenvolvimento de software. Conforme destacado por Howkins (2011), há uma inundação constante de produtos digitais, pois esses têm transformado a forma como produzimos e consumimos, como colocado pelo autor:

Qualquer tecnologia nova tende a ter esses efeitos iterativos e estratificados. Primeiramente, ela reduz custos para as empresas existentes. Em segundo lugar, possibilita que novas empresas entrem no mercado e produzam um novo tipo de produto com impacto mais geral. Os extraordinários atributos do digital são sua velocidade e, até então, sua previsibilidade (HOWKINS, 2011, p.206).

Assim, como outros produtos criativos da mesma natureza, a criação de programas de computador está protegida pelas leis de direitos autorais. O que se torna bastante controverso como salienta Howkins (2011), pois existe uma certa separação entre criador e detentor do produto nesse caso. Na maior parte das vezes o programador detém conhecimento apenas de uma parte do programa, e está sob contratos que protegem a empresa dona do produto, ficando ele alijado dos ganhos financeiros decorrentes do seu processo de criação.

Isso se torna mais complicado quando se tenta realizar o registro da obra, pois é difícil proteger um software. Tecnologias semelhantes com a mesma funcionalidade podem ser consideradas produtos diferentes. Dois programas, com as mesmas funcionalidades, escrito um

em C++ e o outro em Java são considerados produtos diferentes para os registros de propriedade intelectual, por exemplo (HOWKINS, 2011).

Por conta disso, uma das discussões atuais está centrada na criação livre e colaborativa através das licenças de documentação livre como a GNU9 e a GPL (*General Public License*). Há uma infinidade de produtos criativos de alto nível disponíveis como a Wikipedia e o sistema operacional de computadores Linux, por exemplo, mantidos por voluntários de vários países e sem fins lucrativos. Até empresas tradicionais do ramo de tecnologia produtoras de software estão aderindo a comercialização de produtos mistos. Além disso, a utilização de softwares de código-fonte aberto está invadindo empresas tradicionais de venda de hardware como IBM e Novell (UNCTAD, 2010).

Não significa dizer que uma obra que está sobre uma licença pública pode ser utilizada de qualquer forma. A legislação deve ser aplicada nesses casos assim como é feito com a licença *Copyright*, pois conforme destacado por Howkins (2011) sobre as licenças *Copyleft*, que são exatamente o oposto das licenças *Copyright*, elas asseguram o domínio público de algo criado sobre esse licenciamento. A GPL diz, entre outras coisas:

(4). Não é permitido copiar, modificar, sublicenciar ou distribuir o programa, exceto conforme expressamente previsto nesta licença. Qualquer tentativa em contrário de copiar, modificar, sublicenciar ou distribuir o programa é proibida e seus direitos segundo esta licença serão automaticamente distintos.

(5). Não é exigido o aceite desta licença, já que você não assinou. Porém nenhum outro instrumento lhe concede permissão para modificar ou distribuir o programa ou trabalhos dele derivados. Tais atos são proibidos por lei caso você não aceite a presente licença. Portanto, modificar ou distribuir o programa (ou qualquer trabalho que nele se baseie), é indicativo de seu aceite dos termos da presente licença. (HOWKINS, 2011, p.211)

E UNCTAD (2010, p.177) ainda coloca sobre as licenças públicas abertas:

As legislações nacionais de direitos autorais são obrigadas a cumprir e respeitar as condições da licença, conforme declarado nessas e em outras licenças públicas abertas, e casos recentes têm sustentado os direitos dos proprietários dos direitos autorais na distribuição de obras sob licenças alternativas livres e/ou abertas.

Comparativamente, é preciso pensar qual alternativa produz melhores resultados para a economia e para a sociedade como um todo. A escolha está entre termos o desenvolvimento desses produtos digitais sobre as rígidas regras dos direitos autorais tradicionais, um número limitado de pessoas remuneradas trabalhando nesse projeto e por outro lado termos a criação

aberta, com um número ilimitado de participantes livremente associados.

O exemplo mais clássico de dois projetos paralelos com o mesmo escopo, porém com regimes de licenciamento diferentes foram o MSN Encarta da Microsoft e a Wikipédia. O produto da Microsoft remunerou escritores profissionais e editores para produzir o conteúdo. Além disso, possuía gerentes bem pagos supervisionando o projeto para assegurar sua execução. A Wikipédia foi criada por dezenas de milhares de pessoas que até hoje escrevem e editam artigos por diversão. Essas pessoas não precisam de nenhuma qualificação para fazê-lo, nem muito menos são remuneradas para tal. Além disso, diferente do produto da Microsoft, a Wikipédia sempre foi on-line e gratuita. Como resultado, em 2009 o MSN Encarta foi desativado e a Wikipédia se tornou a maior enciclopédia digital do mundo (PINK, 2010).

Como elucidado por Raymond (1999³ apud Howkins, 2011, p.212)

O mundo dos sistemas abertos se comporta, em muitos aspectos, como um mercado livre ou a ecologia, um conjunto de agentes egoístas tentando maximizar a utilidade que no processo produz uma ordem espontânea que se autocorrigue e é mais elaborada e eficiente do que qualquer nível de planejamento central poderia ter alcançado.

Como podemos ver, a colaboração pode tornar o processo de criação mais rico, mais rápido e mais intenso. A criatividade colaborativa envolve uma discussão aberta e livre em torno de um propósito comum, sem necessariamente parar em certos pontos para exigir direitos de propriedade privada. Essa forma de trabalho pode ser mais eficiente e produzir resultados melhores. Na criatividade colaborativa, todo mundo tem acesso igual e baseado em meritocracia ao mesmo corpo de conhecimentos, e é capaz, até mesmo encorajado, a contribuir com o seu desenvolvimento de maneira livre, aberta e colaborativa. É fácil, em um ambiente de tamanha fluidez, perder-se o controle das ideias e produtos e tê-los substituídos por outros. Os seus partidários acreditam que vale a pena correr o risco (HOWKINS, 2011).

Com isso, os ganhos derivados de um desenvolvimento realizado nesse formato são imensamente maiores que softwares proprietários por um motivo bem simples: o número de colaboradores e de situações testadas em diferentes dispositivos é muito maior. Além disso, os desenvolvedores em comunidades livres têm um engajamento maior, pois suas motivações vão muito além do ganho financeiro.

3 RAYMOND, Eric Steven. **A Catedral e o Bazar**. S.I.: O'Reilly Media, 1999.

Isso tem feito com que diversas empresas tenham assumido parte do desenvolvimento dos seus softwares de forma aberta, como é o caso da própria IBM e Microsoft. Vemos um número cada vez maior de consórcios de desenvolvimento sendo realizados. Segundo o IDC: O Linux tinha 25% do mercado de servidores em 2004, Microsoft 38%. A Apple também estuda como incluir o Linux em seus programas (HOWKINS, 2011).

Linux é o símbolo da criatividade colaborativa. O código fonte foi cedido por Linus Torvalds por dois motivos: primeiramente, como um princípio moral e absoluto de que ninguém deveria possuir algo tão básico como código de computador, e, em segundo lugar, por motivos intelectuais e econômicos de que a propriedade inibe o crescimento. Torvalds diz que a pessoa que quer ter a propriedade de um código fonte é como um homem que, tendo inventado o prelo quer ter propriedade sobre as letras, de modo que qualquer um que reorganizasse as letras de modo a formar palavras para formar sentenças teria de ter sua permissão (HOWKINS, 2011).

Por fim, é preciso entender que o código-fonte aberto desafia os conceitos das responsabilidades e direitos individuais. Esses conceitos são uma das pedras angulares do sistema jurídico e respalda o conceito de inventor e autor único que é o cerne da lei de patentes e direitos autorais (HOWKINS, 2011).

Howkins (2011) cita Martha Woodmansee, autora de *“On the Author Effect: Recovering Collectivity”*, que mostrou como estamos retornando para as formas coletivas de autoria, algo como as guildas da idade média, e James Boyle, autor de *“Shamans, Software and Spleens”*, que diz que o conceito de autor é uma noção romântica e inadequada para uma sociedade da informação.

2.4 Indústrias criativas.

É importante estudar o conceito de indústrias criativas, pois a contribuição dessas para a economia nacional em termos de PIB, emprego e comércio são forte evidência da importância do setor, e como elas se estabeleceram como um componente vital para o desenvolvimento das economias nacionais. As pesquisas mostram sólidas evidências da crescente importância do setor, e isso tem atraído atenção dos líderes e tomadores de decisão. Principalmente quando se trata de emprego, pois o seu crescimento nas indústrias criativas é com frequência muito mais forte do

que no restante da economia como um todo, isso se deve principalmente ao fato de que as atividades das economias criativas serem trabalho intensivas. Assim, o crescimento do emprego se torna um indicativo do potencial de desenvolvimento que as indústrias criativas representam. Além disso, essas promovem a diversidade cultural e o reforço dos valores sociais (UNCTAD, 2010).

O conceito indústrias criativas é mais abrangente que o conceito de indústrias culturais. As indústrias culturais são aquelas que produzem produtos com conteúdo cultural, que é reproduzido em escala industrial. Já as indústrias criativas acrescentam toda a produção cultural ou artística, patrimônio cultural e as artes finais ou atividades similares. Também incluem todas atividades que contribuem para a produção, venda, desempenho, distribuição, etc. de obras protegidas (UNCTAD, 2010).

Inicialmente o termo utilizado para descrever as indústrias envolvidas com a produção de conteúdo simbólico era indústria cultural. Como nos mostra IPEA (2013), o termo surgiu no período pós-guerra como um conceito de contraposição, uma crítica ao entretenimento de massa pelos membros da Escola de Frankfurt. Na época, cultura e indústria eram termos antagônicos, o que levou o termo a ser visto como uma visão contra as limitações da vida cultural moderna e uma forma de criticar a ação de jornais populares, filmes e revistas que afastassem as massas da cultura de “alto nível”. Isso levou a uma série de dicotomias, tais como cultura de elite versus cultura de massa, cultura de alto nível versus cultura popular, mas de modo mais simplificado o termo acabou por descrever as indústrias que produziam bens e serviços culturais.

O termo indústrias culturais pode ser definido conforme UNCTAD (2010, p.5), para ela são indústrias que:

Combinam a criação, produção e comercialização de conteúdos que são intangíveis e culturais por natureza. Estes conteúdos são tipicamente protegidos por direitos autorais e podem assumir a forma de bens ou serviços.

UNCTAD (2010, p.5) ainda destaca que são: “centrais na promoção e manutenção da diversidade cultural e na garantia de acesso democrático à cultura”.

Já o termo indústrias criativas teve sua origem na Austrália em 1994, ganhando maior exposição a partir de 1997 através da DCMS (*Department for Culture, Media and Sport*) na

Inglaterra, marcando uma mudança na abordagem e principalmente nas atividades que eram consideradas sobre esse termo. Ao longo do tempo o conceito se desenvolveu e foi debatido por diversos autores e instituições, marcando uma mudança na abordagem (IPEA, 2013).

A DCMS, adotou a nova terminologia, mudando de indústrias culturais para indústrias criativas. Essa mudança gerou uma série de debates sobre o tema e sobre a definição do termo. Na verdade, essa discussão é imprescindível, pois traz à luz toda as tensões das questões culturais, tecnológicas e econômicas da atualidade. Não podemos dizer que essa mudança foi neutra, pois serviu para colocar sobre o mesmo conceito um outro grupo de indústrias interessadas nos mesmos privilégios de políticas industriais (O'CONNOR, 2010).

Crucial para a definição do conceito, foi a identificação das indústrias criativas com a nova economia, guiada por tecnologias digitais e intimamente relacionada com os conceitos de economia do conhecimento e economia da informação. O autor aponta que essa conexão com os conceitos de informação e economia do conhecimento foram uma justificativa para a inclusão dos dados sobre emprego do setor de software. Isso acabou deixando as estatísticas mais impressionantes, declarando o objetivo de reivindicar mais investimentos e políticas públicas para o setor, o que tem sido alvo de severas críticas. Também aponta críticas feitas por outros autores ao conceito de Howkins (2011) de economia criativa, que inclui todas as atividades cobertas por propriedade intelectual, o que seria pouco usual e muito confuso (O'CONNOR, 2010).

Assim, na definição da DCMS as indústrias criativas são aquelas que tem sua origem na criatividade individual, habilidades e talentos e que tem potencial para criar renda e trabalho ao longo do processo de exploração da propriedade intelectual. Dessa forma, a criatividade é tratada como uma qualidade que pode ser explorada pelos indivíduos, e o setor industrial acabou por se tornar uma mera ferramenta do empreendedorismo criativo, gerando direitos de propriedade intelectual. O problema dessa definição é que ela não descreve a complexidade da estrutura das indústrias criativas, nem os arranjos de emprego e remuneração inseridas nelas. Assim, o autor mostra que essa definição pode encorajar uma profunda ilusão de que como uma estratégia de incentivo industrial, bastariam políticas públicas que dessem suporte a esse setor criativo (O'CONNOR, 2010).

Isso acaba por se tornar uma estratégia voltada a pequenas empresas, o que torna difícil de identificar as verdadeiras necessidades estruturais do setor, como cadeias de valor, habilidades e profissões necessárias, acesso à tecnologia, desenvolvimento e entrada em novos mercados, etc. Isso vem em parte da falta de organizações setoriais e subsetoriais que poderiam representar os principais elos dessa cadeia, além da falta de inteligência e investimento sobre o setor como um todo (O'CONNOR, 2010).

Para o autor, essa ênfase numa qualidade universal da criatividade, como se fosse ela o único recurso necessário para o desenvolvimento da economia criativa apresenta duas consequências principais. A primeira é a ilusão de que com um pouco de inteligência e boa vontade qualquer economia poderia desenvolver o seu setor criativo, o que não é verdade pois todas as estatísticas mostram que as indústrias criativas estão concentradas em grandes centros urbanos desenvolvidos. Segunda, a ilusão de que apenas usar a palavra “criativo” faria com que as indústrias culturais tivessem acesso e integração com setores mais inovadores e competitivos, ignorando necessidades específicas desses setores mais tradicionais e, principalmente, das pessoas ocupadas com essas atividades dentro de seus grupos minoritários (O'CONNOR, 2010).

O autor ainda aponta que essa reformulação das indústrias culturais para indústrias criativas provocou uma falta de clareza para as especificidades dessa, sendo que o problema reside na dificuldade de distinguir entre o que é considerado criativo nesse setor e em outros, como a ciência, sem referência a uma dimensão cultural ou artística específicas (O'CONNOR, 2010).

No final das contas, a definição da DCMS, diferentemente da definição de Howkins (2011) terminou com uma lista bastante convencional de setores, incluindo as artes e as indústrias culturais clássicas, adicionando design, moda e software. Como mostrado anteriormente, isso leva a uma maior relevância para o setor como um todo, em termos de valor agregado, chamando atenção das autoridades públicas para maiores investimentos, mas sem dar um guia claro de como diferenciar as ações já realizadas nos setores culturais tradicionais (O'CONNOR, 2010).

A consequência disso para a DCMS foi um aumento do seu financiamento, o que levou a ela se comprometer com objetivos econômicos e sociais mais amplos e que também refletiu um comprometimento maior com o financiamento público das instituições culturais com a eficiência

e uso desses recursos voltados para as necessidades dos seus públicos (O'CONNOR, 2010).

2.4.1 Definições.

As questões de definição do termo indústrias criativas, e quais atividades econômicas devem ser consideradas, são um guia estatístico para o mapeamento do tamanho e distribuição do setor. Isso é crucial para a elaboração de políticas de incentivo, e para demonstrar a importância da economia criativa (O'CONNOR, 2010).

Conforme exposto por UNCTAD (2010), não existem modelos certos ou errados para definir as indústrias criativas, mas formas diferentes de interpretar as características estruturais da produção criativa. Podemos dizer que, além disso, os enfoques são diferentes em termos do que é considerado primordial para distinguir quais grupos de atividades estariam no centro da produção criativa e quais estariam na periferia. Assim, o enfoque depende da proposição da análise e, principalmente, sobre quais parâmetros serão avaliados os dados. Por outro lado, UNCTAD (2010) ressalta que um conjunto de dados estatísticos padronizado e um sistema de classificação comum se fazem necessários para a elaboração de uma estrutura funcional que consiga avaliar as indústrias criativas versus o restante de toda economia.

Nas sessões seguintes serão apresentadas as definições mais destacadas da literatura. Tal sumarização foi realizada através dos textos de IPEA (2013), UNCTAD (2010) e O'Connor (2010).

2.4.1.1 Classificação das indústrias criativas através dos direitos autorais

Em relação às indústrias criativas, faz-se necessário distinguir os tipos de indústria de acordo com a sua relação com os direitos autorais, pois elas estão envolvidas direta ou indiretamente na exploração comercial de produtos e serviços baseados em propriedade intelectual. São fundamentais para essas indústrias o capital intangível e a proteção da propriedade intelectual (UNCTAD, 2010). Assim, conforme UNCTAD (2010) podemos dividir as indústrias criativas dessa forma em:

- a) Indústrias centrais:** são as indústrias consideradas sinônimas de indústrias de direitos autorais, produzem e distribuem obras protegidas por eles. Alguns exemplos são as indústrias de: vídeo, música, artes cênicas, publicações, software e banco de dados,

televisão e rádio, publicidade. Estão envolvidas diretamente na criação, fabricação, atuação, transmissão, comunicação e exposição ou distribuição e vendas de obras protegidas;

- b) indústrias interdependentes:** essas são indústrias também envolvidas no mesmo processo. No entanto, têm como função facilitar a criação, produção ou utilização de obras e outros materiais protegidos. Alguns exemplos são atividades como a venda de aparelhos de televisão, rádios, aparelhos de CD e DVD, equipamentos de jogos eletrônicos, computadores, instrumentos musicais, etc.;
- c) indústrias parciais:** incluem indústrias que apenas parte da atividade está relacionada às obras. Elas compreendem arquitetura, vestuário, têxteis e calçados, design de interiores, utensílios domésticos, porcelana e vidro, móveis, joias e moedas, artesanato, revestimentos de parede e tapetes, brinquedos e jogos e museus.
- d) indústrias não dedicadas:** nessas, parte das atividades está relacionada à facilitação da transmissão, comunicação, distribuição ou venda de obras, e cujas atividades não foram incluídas nas indústrias centrais. Exemplos são o atacado e varejo em geral, transportes em geral, telefonia e internet.

Essa divisão é importante para iniciarmos uma tentativa de visualização da cadeia de valor da economia criativa e de sua extensão, do quanto essa discussão pode se tornar ampla e das dificuldades que se tem para delimitar o conceito de economia criativa. Dentro do contexto de propriedade intelectual, podemos ver que os direitos autorais são responsáveis por um amplo conjunto de atividades econômicas. Sustentando essa ideia, Howkins (2011) dá alguns exemplos nesse sentido:

Em 1998, os teatros do West End e da Broadway gastaram mais de três vezes em propriedade intelectual do que em imóveis. No West End, os proprietários de teatros gastaram £ 26 milhões em um ano com royalties em direitos autorais e apenas £ 8 milhões em seus imóveis. A indústria fonográfica britânica empregou mais pessoas e faturou mais do que as indústrias automobilística, do aço e têxtil.

Isso se dá principalmente pela existência dos direitos conexos (*royalties*), que permitem a venda ou licenciamento dos direitos por parte do autor a outros indivíduos ou empresas que tem

maior capacidade para comercialização da obra (UNCTAD, 2010).

2.4.1.2 Modelo dos círculos concêntricos de David Throsby

Throsby, tendo sua origem mais voltada para o setor das artes, nos dá um modelo mais tradicional. O modelo dos círculos concêntricos das indústrias culturais é o modelo mais utilizado para avaliação dos setores criativos e culturais. Para IPEA (2013), esse modelo se baseia na proposição de que é o valor cultural dos bens culturais que dá a essas indústrias a sua característica mais distintiva.

Ele divide as indústrias de acordo com o grau de criatividade envolvido na atividade, como em uma hierarquia: quanto mais ao centro, maior o grau de criatividade envolvido. Conforme colocado por O'Connor (2010): Indústrias core (literatura, música, artes performáticas); outras indústrias core (filmes, museus e bibliotecas); indústrias culturais abrangentes (serviços ligados a manutenção de patrimônio cultural, *publishing* e gravações de áudio); televisão e rádio (vídeos e jogos de computador) e indústrias relacionadas (publicidade, arquitetura, design e moda).

Para O'Connor (2010) o problema da definição do modelo de círculos concêntricos é mais estatístico, pois ele deixa a entender que é uma forma de apurar o emprego baseado nos códigos de ocupação. Além disso, assim como o modelo da DCMS, tem como objetivo justificar investimento em determinados setores, sendo esses (os mais “puramente” criativos) que tem mais ênfase no modelo. Isso representaria uma simplificação controversa da relação entre essas indústrias além de não conseguir explicar adequadamente os processos reais de trabalho do setor, fugindo das principais tensões entre o trabalhador criativo e suas condições de trabalho.

A consequência disso seria deixar ao tratamento tradicional do restante da economia os setores criativos. Seria como dizer que as artes precisam de proteção e aquilo que for comercial e popular não. Nas palavras do autor: “Translated into everyday cultural policy; if you are commercially viable you do not qualify for subsidy, and if you do qualify you must by definition be more purely creative”⁴ (O'CONNOR, 2010, p.57).

4 “Traduzido em política cultural cotidiana; se você é comercialmente viável você não se qualifica para o subsídio, e se você quiser se qualificar, por definição, você deve ser mais puramente criativo” (tradução nossa).

2.4.1.3 Modelo KEA

Esse modelo tem como origem no relatório de 2006 da união europeia, e distingue artes core, indústrias culturais e indústrias criativas, como segue abaixo:

Quadro 1: Modelo KEA de indústrias criativas

Círculos	Setores	Sub-setores	Características
Artes "core"	Artes visuais, artes performáticas, heritage	Trabalhos manuais, pintura, escultura, fotografia	Atividades não industriais, copyright e aplicado mas não e sempre exercido
Indústrias culturais	Filme e video, tv e radio, videogames, musica, livros e impressao	Musicas gravadas e ao-vivo, sociedades coletoras, publicacao de livros e revistas	Setores industriais com reproducao massiva, copyright e importante
Indústrias criativas e atividades	Design, arquitetura e publicidade	Design de moda, design grafico, design de interiores e design de produto	Setores descritos como não culturais, apesar de empregar habilidades criativas e trabalhadores criativos

Fonte: Elaboração própria, O'Connor (2010).

Aqui como no modelo de círculos concêntricos, a criatividade determina o centro das atividades e é justificativa para subsídios e políticas públicas, o restante é tratado como periférico e “não-cultural”. O que nos leva a pensar se moda, design e publicidade são atividades não-culturais. Novamente, para o autor esse modelo leva pelo mesmo caminho do anterior e não serve como uma definição válida.

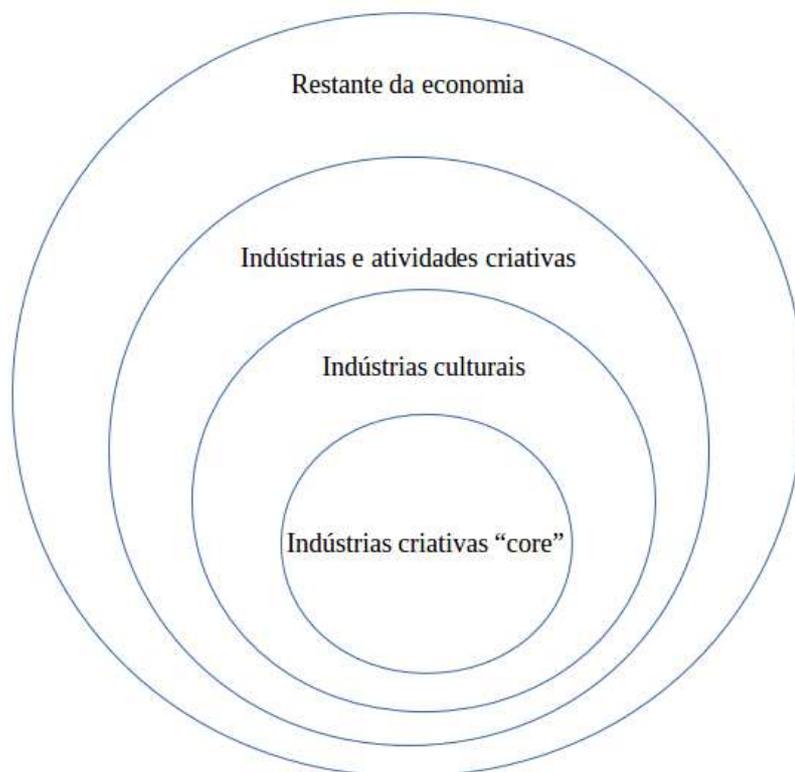
2.4.1.4 Modelo The Work Foundation

Esse é mais um modelo que segue a linha de Throsby, determinando um centro de indústrias “core” criativas. Essas agora são definidas como “as artes”, no entanto inclui todas as formas de produtos originais, inclusive software. Mais periféricamente estão as indústrias culturais, que incluem filmes, TV, rádio, indústria musical, jogos de computador, etc. e as indústrias criativas, que representam as indústrias que produzem algo original e funcional ao mesmo tempo como moda, design e arquitetura. Por último, mais distante do centro estão indústrias clássicas, mas que usam criatividade como recurso.

O'Connor (2010) coloca que o ponto positivo desse modelo foi ter feito uma tentativa de escapar dos problemas relacionados ao termo “criativo”. Essa denominação distingue as indústrias criativas do restante da economia do conhecimento como um todo, colocando-a como um subsetor. Além disso, não apresenta o termo criatividade como uma qualidade que distingue os produtos desse setor, o que representa um grande problema, pois é difícil delimitar o grau de

uso da criatividade na elaboração de qualquer produto econômico. Assim, a criatividade é algo comum a todas áreas da economia como negócios, ciência e inovação. Mesmo assim, trabalha com a noção de valor expressivo. Esse valor é mais presente no centro e vai se diluindo até a periferia, e é o ponto chave de mudança desse modelo para os outros. Como segue abaixo.

Figura 2: Modelo *The Work Foundation* de indústrias criativas.



.Fonte: Elaboração própria, O'Connor (2010).

Fonte: Elaboração própria, O'Connor (2010).

Esse valor expressivo é definido como toda dimensão que amplia o significado e entendimento cultural. Assim, ele é a base para toda uma gama de atividades industriais, envolvendo valores culturais, os mesmos valores em jogo na atual política cultural. Não seria demasiado dizer que isso acaba por transformar o conceito de economia criativa como um todo, pois nas palavras do autor: “Is not that of the industrialisation of ‘the arts’ but the industrialisation of everyday culture [...] For these are the terms on which the cultural industries

became the creative industries – the new industry of the future”⁵ (O’CONNOR, 2010, p.61).

Por conta do que foi apresentado, esse modelo supera os conceitos já apresentados da DCMS, KEA e Throsby, pois: reinsere a especificidade da "cultura" em criatividade; ao contrário Throsby e KEA, o núcleo criativo não é exclusivamente o domínio das “artes” no seu sentido mais tradicional; e na sua representação de círculos não constrói uma hierarquia baseada na pura arte aplicada, mas sim numa gama de produtos que têm como ponto de distinção o valor expressivo.

2.4.1.5 Modelo de produção de mercadorias culturais

Esse modelo tenta evitar alguns problemas de taxonomia, chamando o setor de “produtor de mercadorias culturais”. É feita uma distinção entre serviço e manufatura, a fim de diferenciar dois tipos de mercadoria. Os serviços são focados em entretenimento, edificações e informações. As mercadorias são produtos através dos quais consumidores constroem diferentes formas de individualidade, autoafirmação e aprovação social. Para o autor, isso é dificilmente sustentável, pois serviços estão embarcados em uma série de manufaturas (O’CONNOR, 2010).

2.4.1.6 Modelo dos criativos incorporados

Esse modelo aponta através de embasamento estatístico que há mais pessoas trabalhando em ocupações criativas fora das indústrias criativas que dentro delas. Assim, a criatividade é vista como um recurso de toda economia, incorporada em uma série de atividades. As críticas vão no sentido de que é difícil distinguir quem são essas pessoas, como identificá-las e quais habilidades essas devam ter (O’CONNOR, 2010).

Se torna cada vez mais claro que a relevância dos valores simbólicos, imateriais, criativos, ou até mesmo como já apresentado, “expressivos”, vão muito além da simples classificação tradicional das indústrias culturais ou criativas, estando presente em um grupo muito mais amplo de atividades econômicas. Por conta desse aspecto, que o debate sobre trabalho criativo se tornou tão central.

5 “Não é o da industrialização 'das artes', mas a industrialização da cultura cotidiana [...] Por estas são as condições em que as indústrias culturais se tornaram as indústrias criativas - a nova indústria do futuro” (tradução nossa).

Nesse sentido, O'Connor (2010) apresenta duas definições, sendo a primeira uma tentativa pragmática de capturar a diversificada natureza da produção cultural, os diferentes caminhos pelos quais esses produtos são monetizados, e demonstrar como a sobreposição dela pode ser vista como um ecossistema criativo, distanciando-se assim dos outros modelos no sentido de ver a criatividade como um insumo.

A segunda sugere que as indústrias criativas não são indústrias propriamente ditas, mas parte de um sistema de inovação da própria economia. No entanto, como apontado por O'Connor (2010), assim como a criatividade, esse conceito de novidade não consegue ser suficiente para explicar todas as complexas relações sociais em redes e mercados.

Por último, esse modelo busca entender a complexidade das relações de trabalho e produção da economia do conhecimento. Como coloca O'Connor (2010) a chegada da web 2.0 é um marco, pois é através dela que se manifesta todo potencial de “co-criação” da economia e de complexas relações, que precisam entrar na pauta de políticas econômicas que envolvam controle, acesso, exploração, ideologia e sobre quais condições estão sendo criados os valores culturais.

2.4.1.7 Modelo britânico de indústrias criativas, DCMS

Como comentado na introdução desse subcapítulo, o modelo criado pelo DCMS é resultado de uma tentativa do Reino Unido de reposicionar a economia britânica através da criatividade e inovação num mundo globalmente competitivo (IPEA, 2013). De certa forma, uma tentativa de chamar mais atenção pública de alguns setores. Segundo IPEA (2013, p.14):

Nesse conceito, as indústrias criativas são definidas como aquelas que requerem habilidade, criatividade e talento, com potencial de riqueza e a criação de emprego por meio da exploração de sua propriedade intelectual.

2.4.1.8 Modelo texto simbólico de indústrias criativas

Essa abordagem vê as artes como sendo o centro do estabelecimento social e político, sendo essas mais importantes que a cultura popular. Assim, a distinção se dá em termos das atividades envolvidas na produção, difusão e consumo de textos simbólicos ou mensagens, essas transmitidas por meio de várias mídias.

2.4.1.9 Modelo da UNCTAD das indústrias criativas

No modelo desenvolvido pela UNCTAD, assim como no modelo da DCMS, a criatividade é tratada como o componente simbólico gerador de produtos e serviços. Aponta para a forte dependência da propriedade intelectual nesses produtos e para a necessidade de um mercado tão amplo quanto possível.

Nessa abordagem, a criatividade é tomada como recurso principal e comum às atividades científicas e culturais. Tornando-se assim as indústrias culturais, um subconjunto das indústrias criativas. O objetivo principal é de promover o desenvolvimento dessas indústrias, gerando dados para os governos poderem avaliar as condições para realização de investimentos voltados para implantação de tecnologias, geração de conhecimento científico e políticas de inovação.

Segundo UNCTAD (2010, p.8), as indústrias criativas:

- São os ciclos de criação, produção e distribuição de produtos e serviços que utilizam criatividade e capital intelectual como insumos primários;
- constituem um conjunto de atividades baseadas em conhecimento, focadas, entre outros, nas artes, que potencialmente gerem receitas de vendas e direitos de propriedade intelectual;
- constituem produtos tangíveis e serviços intelectuais ou artísticos intangíveis com conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado;
- posicionam-se no cruzamento entre os setores artísticos, de serviços e industriais; e constituem um novo setor dinâmico no comércio mundial.

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Diversas teorias tentam descrever o que é o desenvolvimento econômico, delimitar as diferenças entre países “ricos” e “pobres” é algo que ao longo dos anos já obteve diversos formatos, indicadores e representações. A motivação das diversas correntes de pensamento talvez seja aquela que permeia todo estudo da economia. Ou seja, porque existem nações que desfrutam de um bem-estar e riqueza superiores a outras, e como sair de uma condição ruim, não desejada, para um patamar superior de vida da população?

Segundo Souza (2005), essa questão ficou mais evidente no final dos anos 30, devido à aplicação da contabilidade nacional, em decorrência de uma maior aceitação da teoria keynesiana. O primeiro exercício consistiu em realizar um comparativo da renda per capita dos diferentes países, classificando-os como ricos ou pobres de acordo com sua renda média. Já nesse momento, outras características puderam ser observadas que diferenciavam esses países. Além do indicador de renda per capita, observaram-se outros que podiam ou não estar relacionados com esse, como crescimento econômico insuficiente e instável, alto grau de analfabetismo, elevadas taxas de natalidade e de mortalidade infantil, predominância da agricultura como atividade principal (em contraposição a uma maior industrialização dos países ricos), insuficiência de capital e de certos recursos naturais, diminuto mercado interno, baixa produtividade, instabilidade política, entre outros.

Nesse momento de ascensão das políticas macroeconômicas keynesianas com forte intervenção estatal, ficou claro que os governos dos países tidos como subdesenvolvidos deveriam agir para combater essa condição. Com o tempo, também foi evidenciado que dois terços da população mundial classificados como pobres, possuíam renda per capita inferior àquela minoria dos países ricos, geradores de 5/6 da produção mundial (SOUZA, 2005).

Assim, a miséria nos países pobres se tornou um problema econômico mundial, o que levou instituições internacionais como a ONU e o Banco Mundial e seus técnicos a publicar diagnósticos que evidenciaram essa situação a partir da Segunda Guerra Mundial, fazendo com que os países nessa situação requisitassem maior ajuda internacional. Ainda, para essas instituições não basta a realização de investimentos produtivos e de infraestrutura para que esses

países saiam dessa condição, pois o problema é de tamanha magnitude e urgência, que se fazem necessárias ações diretas no tratamento das consequências da pobreza como a fome, as doenças e as disparidades internacionais nos níveis de renda (SOUZA, 2005).

Analisar o desenvolvimento sobre uma ótica de atributos, e de forma linear no tempo, pode nos levar a pensar que bastaria para os países numa condição desfavorável imitar seus pares ricos e com o tempo atingir uma condição melhor. No entanto, como aponta Souza (2005), verificou-se de fato que o principal entrave ao desenvolvimento nesse momento era de natureza política, pois aos países pobres se reservara uma posição subalterna no contexto da divisão internacional do trabalho. Segundo o autor:

Desse modo, eles deveriam continuar produzindo matérias primas estratégicas a baixo custo para fins militares (segunda guerra mundial, guerra da Coréia e guerra fria, no contexto da doutrina da solidariedade continental) e alimentos baratos para alimentar os trabalhadores dos países centrais e não deprimir sua taxa de lucro. Essa abordagem histórica, feita sobretudo por marxistas, provocou uma reação dos economistas de corrente mais tradicional nos anos 40 e 50. Estes últimos passaram a refutar a teoria do imperialismo e a teoria da dependência como alternativas. Construíram modelos nos quais identificaram escassez de capital como a causa fundamental do subdesenvolvimento. Os autores de inspiração neoclássica enfatizavam, como estratégia de crescimento e desenvolvimento, o incremento da taxa de poupança interna, o afluxo de capitais externos e a expansão das exportações, fatores mais tarde aceitos pela maioria das correntes de pensamento (SOUZA, 2005, p.3-4).

3.1 Conceito de desenvolvimento econômico

São diversas as formas de definir o desenvolvimento econômico, e não existe uma universalmente aceita. Podemos dividir essas definições em algumas correntes. A primeira considera o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. Já a segunda, mais voltada para uma realidade empírica, entende que o crescimento é condição necessária para o desenvolvimento, mas não suficiente (SOUZA, 2005). Uma terceira ainda poderia ser colocada, e será aprofundada nesse trabalho, que é a visão de Sen (1999), que vê o desenvolvimento como uma expansão das liberdades individuais, simultaneamente, como fim e meio do desenvolvimento.

No primeiro grupo estão os modelos clássicos de crescimento como Meade e Solow, e os de inspiração mais keynesiana como os de Harrod, Domar e Kaldor. Para esses que associam o crescimento com o desenvolvimento, um país subdesenvolvido assim o é, pois cresce menos que o desenvolvido, apesar de apresentar recursos ociosos como terra e mão de obra. Como não

utiliza integralmente os fatores de produção que dispõe, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades. No segundo grupo estão economistas como Lewis, Hirschman, Myrdal, Nurske que, embora com raízes ortodoxas, realizaram análises mais adaptadas à realidade das economias subdesenvolvidas (SOUZA, 2005).

Numa tentativa de sintetizar os diversos modelos Souza (2005, p.7), apresenta a seguinte definição:

Desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente. Com o desenvolvimento, a economia adquire maior estabilidade e diversificação; o progresso tecnológico e a formação de capital tornam-se progressivamente fatores endógenos, isto é, gerados predominantemente no interior do país, embora a integração internacional constitua um processo gradativo e irreversível. Apesar da diversificação das exportações de produtos manufaturados e do crescimento do comércio exterior, o setor de mercado interno aumenta simultaneamente sua participação na economia. Em razão da redução gradativa do número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, da elevação dos níveis de salários e da renda em seu conjunto, esse setor passa a ser definitivamente o elemento dinâmico do sistema econômico.

Nas próximas sessões serão analisadas diversas correntes de pensamento que descrevem o desenvolvimento econômico, na tentativa de buscar aquela que pode auxiliar melhor no objetivo desse trabalho de relacionar desenvolvimento econômico e economia criativa, avaliando os diversos aspectos que estejam alinhados às correntes de pensamento contemporâneas do desenvolvimento.

3.1.1 Desenvolvimento segundo os economistas clássicos

Para os clássicos, o sistema capitalista direciona-se para o estado estacionário. Nessa trajetória observa-se uma assimetria na distribuição entre trabalhadores, capitalistas e rentistas. Diferentemente de Marx, não há a visão de que os trabalhadores são explorados pelos capitalistas, para eles as duas classes são exploradas pelos senhores da terra (rentistas), pois esses através do monopólio assegurado pelos direitos de propriedade da terra, recebem parcelas crescentes do excedente do produto líquido sobre os custos de produção (SOUZA, 2005).

Nessa visão, a mudança econômica depende do crescimento demográfico, dos rendimentos decrescentes da agricultura e do conflito distributivo entre salários, lucros e rendas.

A grande questão está em equilibrar crescimento e distribuição, o que se torna uma obrigação para os governos pois a distribuição de renda afeta a taxa de crescimento da economia. Taxar, por exemplo, proprietários de terra pode fazer com que esses recursos sejam reinvestidos na economia elevando o crescimento (SOUZA, 2005).

Dentro dessa visão, mais tarde os neoclássicos chegaram à conclusão de que há um círculo virtuoso entre poupança, acumulação, inovações tecnológicas, crescimento, distribuição e desenvolvimento, e que as livres iniciativas individuais levariam à eficiência e harmonia social. Assim, ficaria o papel do estado reduzido à atuação em áreas sociais básicas, como segurança pública, saúde e educação (SOUZA, 2005).

3.1.2 Desenvolvimento segundo Marx

Segundo Marx, o desenvolvimento ocorre de forma cíclica e com conflito distributivo. O progresso técnico produz períodos de prosperidade que antecedem crises periódicas cada vez mais prolongadas. Essas crises seriam provocadas pelas próprias contradições internas do modo de produção capitalista. Para Marx, a taxa de lucro declina no longo prazo em razão da lei fundamental e contraditória do desenvolvimento capitalista, que é a expansão gradual da composição orgânica do capital, alicerçada na contínua deterioração do nível de vida dos trabalhadores. Esse caráter contraditório reside na ampliação dos meios de produção, aliada a queda do poder de compra dos trabalhadores e da redução do consumo, levando a autodestruição do sistema no longo prazo e ao nascimento do socialismo (SOUZA, 2005).

Indo de encontro com a visão de Marx, é sabido que o crescimento das economias capitalistas, as inovações tecnológicas, a conectividade global, tem elevado os indicadores de desenvolvimento. Países que alcançaram altos níveis de renda mostram que pelo lado da produção as inovações tecnológicas explicam o desenvolvimento contemporâneo e pelo lado do consumo, a ampliação das áreas de mercado em nível mundial. Além disso, a livre iniciativa na busca pelo lucro combinada com instituições eficientes levou os indivíduos e empresas a criarem novos processos de produção e abrirem novos mercados nas mais distantes regiões do planeta (SOUZA, 2005). O próprio estudo da economia criativa, e uma das justificativas desse trabalho, demonstra que novos produtos e novos mercados surgem a cada dia numa economia cada vez mais interligada e dependente de tecnologias de informação.

3.1.3 Desenvolvimento segundo Malthus, Keynes e Kalecki.

A argumentação dessa corrente de pensamento está baseada no princípio da demanda efetiva, que representou um progresso na evolução do pensamento econômico por mostrar que a ideia de que a oferta gera sua própria demanda só acontece em condições muito especiais, pois apesar do aumento de investimentos elevar os gastos das firmas em compras de insumos intermediários e em contratação de mais trabalhadores, a expansão da demanda não é suficiente para igualar-se. Isso por conta do princípio da utilidade marginal decrescente no consumo e pela tendência à redução da massa salarial na renda (SOUZA, 2005).

Dentro dessa visão, para elevar a demanda efetiva, e levar a economia para uma situação mais próxima do pleno emprego e bem-estar geral da população, a expansão dos gastos do governo e o aumento das exportações são elementos cruciais desse processo. No modelo de Kalecki o financiamento externo e o aumento das exportações são pontos fundamentais também para a expansão do investimento e do emprego. O aumento das exportações gera efeitos de encadeamento sobre as atividades de mercado interno e complementa a demanda efetiva interna, possibilitando a expansão da oferta. Isso ligado a expansão comercial que gera economias de escala ao induzir melhorias infraestruturais leva a um círculo virtuoso de desenvolvimento (SOUZA, 2005).

3.1.4 Desenvolvimento segundo Schumpeter

Aliada a visão dos clássicos, Schumpeter enfatizou fundamentalmente o lado da oferta. Novos produtos, por constituírem novidade, sempre encontrariam demanda, pois os consumidores ficariam num papel mais passivo sendo induzidos a demandar esses novos produtos, principalmente através de campanhas publicitárias. Assim, o dinamismo da economia deriva da ação do empresário inovador que além de lançar novos produtos e serviços, põe em prática novos processos de produção e abre novos mercados (SOUZA, 2005). Por conta disso, como colocado por Souza (2005, p.148):

O desenvolvimento econômico schumpeteriano traduz-se por mudanças quantitativas das variáveis econômicas do fluxo circular, alterando sua estrutura e as condições de equilíbrio original. Aumenta a disponibilidade de bens per capita, em razão da maior taxa de crescimento da produção em relação à população. Melhora a qualidade dos produtos e dos serviços, assim como a renda dos indivíduos. Isso ocorre pela expansão do volume dos negócios, pelas inovações e pela disputa por fatores de produção por parte dos

empresários [...] nessa visão o desenvolvimento faz-se pela transformação e a evolução dos empresários mais aptos em relação às condições de concorrência no mercado.

Souza (2005) ainda apresenta a qualificação de três autores sobre a teoria schumpeteriana de desenvolvimento. Wallich, que adaptou a teoria schumpeteriana para países subdesenvolvidos ao vincular ela com outros aspectos da demanda, enfatizando a necessidade de uma base exportadora dinâmica nesses países em decorrência da necessidade de financiar o desenvolvimento e para atender a pressão exercida nas importações de bens devido ao que ele chamou de efeito-demonstração do consumo dos países desenvolvidos. Laumas, que salientou o risco de o Estado poder concorrer com o setor privado, inibindo inovações tecnológicas e conseqüentemente o crescimento do setor privado. E, Muñoz que mostrou a importância de uma maior abertura da economia para o exterior e para o capital estrangeiro, pois incentiva os negócios e estimula o desenvolvimento da classe empresarial.

3.1.5 Desenvolvimento segundo a CEPAL.

Segundo Souza (2005), a CEPAL liderou a maior corrente de pensamento desenvolvimentista da história das nações. A principal contribuição dessa corrente de pensamento foi a teoria da deterioração dos termos de troca de Prebisch entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Por conta disso, nessa perspectiva o desenvolvimento deixa de ser uma condição no tempo. Nesse sentido, podemos traçar ver uma ligação com a teoria de Nurske (1957) do ciclo vicioso da pobreza que diz que um país é pobre porque é pobre.

A teoria da deterioração dos termos de troca conclui que os países subdesenvolvidos não poderiam gerar tecnologia sofisticada e desenvolver-se apenas produzindo produtos primários. A prova disso se demonstra através da verificação de Prebisch de que os preços industriais sobem mais rapidamente que os preços dos produtos primários, porque se transformam e se diversificam, incorporando novas tecnologias. Com isso, sem uma ação que reverta essa condição não é possível o desenvolvimento (SOUZA, 2005). Como ainda coloca o autor:

Se as relações de troca não caírem sistematicamente contra os países subdesenvolvidos, que exportam produtos primários, então eles poderiam industrializar-se e desenvolver-se com base no dinamismo de sua base exportadora (SOUZA, 2005, p.172).

O autor ainda divide a visão dos desenvolvimentistas em nacionalistas e não nacionalistas. Os primeiros através principalmente da figura de Celso Furtado que:

Pregava a industrialização planejada com forte participação das empresas estatais. O desenvolvimento deveria ser autônomo e voltado para o mercado interno. Os desequilíbrios seriam corrigidos pelo planejamento estatal (SOUZA, 2005, p.173).

E os não nacionalistas que analisavam principalmente a existência de pontos de estrangulamento na economia, os quais deveriam ser solucionados via ação estatal através de planejamento parcial com ação de investimento em pontos de crescimento, ou de germinação. Para esses últimos, a industrialização ocorreria também através de forte participação do capital estrangeiro (SOUZA, 2005).

3.1.6 Desenvolvimento segundo Amartya Sen

Todas as correntes de pensamento apresentadas até o momento têm algo em comum, o foco da atenção dos autores é voltado para o crescimento econômico, principalmente da renda per capita. Mesmo que apareça a promoção de diferentes meios como por exemplo: incentivo à inovação, maior ou menor atuação do estado, industrialização planejada, aumento do crédito, entre outros, o fim é sempre o mesmo. Como Sen (1999) coloca, essa é uma perspectiva que difere das demais que se concentram na utilidade, na liberdade de procedimentos, ou no rendimento real.

De forma alternativa Sen (1999) coloca que a liberdade é o principal objeto de desenvolvimento. Ele pode ser visto como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza. Isso vai contra modelos anteriores que veem o desenvolvimento como crescimento da renda, industrialização e progresso tecnológico. Nas palavras de Sen (1999, p.28):

Geralmente temos excelentes razões para querer mais renda ou riqueza. Isso não acontece porque elas sejam desejáveis por si mesmas, mas são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que queremos valorizar. [...] o crescimento econômico não pode ser tratado como um fim em si mesmo.

Um exemplo colocado pelo autor que reforça essa visão, é o dos negros nos Estados Unidos que mesmo tendo renda per capita superior a outros países, tem esperança de vida menor que muitos países pobres (SEN, 1999).

Para o autor, a expansão da liberdade é o fim prioritário e, simultaneamente, o meio principal do desenvolvimento, pois o desenvolvimento consiste na remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas pouca escolha e pouca oportunidade para exercerem sua ação racional. O foco está na remoção dessas privações (SEN, 1999). Para o autor as principais formas

de privação são:

- a) Alimentos.
- b) nutrição adequada;
- c) cuidados com saúde;
- d) saneamento básico ou água potável;
- e) educação eficaz;
- f) emprego rentável;
- g) segurança econômica e social;
- h) liberdades políticas e direitos cívicos.

A liberdade tem valor em si mesma, é reconhecido na literatura que as liberdades de transação nos livres mercados é algo benéfico para o progresso técnico e crescimento econômico. No entanto, a liberdade de troca em si também é algo a qual os indivíduos atribuem valor. Focar a atenção na liberdade é voltar-se para os fins do desenvolvimento, e algo que torna ele algo realmente importante (SEN, 1999).

Mesmo diferenciando-se das análises tradicionais que apresentam: a fixação economicista no primado do rendimento e da riqueza, o foco utilitarista na satisfação e a preocupação libertária com os procedimentos em vista da liberdade, essa perspectiva não nega que os rendimentos possuem importância fundamental no processo de expansão das potencialidades individuais. Essa relação se estabelece em dois sentidos: baixo rendimento pode levar a falta de saúde, fome, subnutrição; uma melhor educação e saúde podem levar a rendimentos mais elevados (SEN, 1999).

Podemos ainda dizer que esse afastamento da visão econômica mais tradicional poderia ser visto na verdade, como um retorno àquilo que os clássicos buscavam. Nas palavras do autor: “Ao concentrar a atenção em funcionamentos resultantes em vez de apenas mercadorias, recuperamos parte da herança da economia profissional” (SEN, 1999, p.40).

Certas liberdades têm o papel de promoção de outras liberdades. As liberdades políticas e econômicas reforçam umas às outras. Oportunidades sociais, de educação e saúde estimulam iniciativas no sentido de superar privações. Segundo Sen (1999), esses últimos são meios para os

primeiros. Como já mencionado, ter liberdade para fazer as coisas a que se atribui valor tem valor em si mesmo, e é preciso ter em mente que a importância da liberdade vai além desse aspecto, pois ela melhora as condições para obter resultados.

Assim, o desenvolvimento se traduz numa abordagem diferente dos demais autores, e nesse sentido é necessário ter uma avaliação do processo de uma forma alternativa também. Para o autor, a avaliação deve ser feita em termos do alargamento da liberdade das pessoas, e a eficácia do desenvolvimento depende da ação livre das pessoas. Assim, o sucesso de uma sociedade pode ser visto através das liberdades concretas de que seus membros gozam. Apesar disso, não podemos dizer que há um critério único e claro para avaliar o desenvolvimento, devido à heterogeneidade dos componentes da liberdade (SEN, 1999).

Para Sen (1999) o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão e de alargamento das liberdades. Ele denominou esses dois aspectos como o papel constitutivo e o papel instrumental da liberdade no desenvolvimento. Podemos dizer que o primeiro é o fim em si mesmo, pois está voltado a objetivos concretos como evitar a fome, a subnutrição, as doenças evitáveis, a mortalidade precoce; liberdades associadas à litrúcea, acesso à participação política, liberdade de expressão, etc. Já o segundo está mais ligado ao modo como diferentes tipos de direitos contribuem para a expansão da liberdade, promovendo o desenvolvimento (SEN, 1999). Para Sen (1999) é preciso analisar as liberdades instrumentais, pois essas se ligam umas nas outras e com os fins da liberdade humana em geral. Sendo elas:

- a) **Liberdades políticas:** as possibilidades que as pessoas têm de decidir quem e segundo que princípios devem governar;
- b) **dispositivos econômicos:** respeitam as oportunidades de que o indivíduo dispõe para utilizar os recursos econômicos para consumo, produção ou troca;
- c) **oportunidades sociais:** tem influência na liberdade concreta de os indivíduos viverem melhor. São os dispositivos que as sociedades organizam em favor da educação, dos cuidados de saúde, etc.;
- d) **garantias de transparência:** necessidade de abertura que as pessoas podem esperar. Prevenção da corrupção, da gestão irresponsável e dos “arranjismos” subterrâneos.
- e) **previdência social:** serve para proteger as pessoas da miséria. Este tipo de liberdade

inclui dispositivos com subsídio de desemprego ou bancos alimentares.

3.1.6.1 Utilitarismo, liberalismo e o foco das liberdades na avaliação de políticas públicas

Sen (1999) em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade* traça um comparativo entre a visão do utilitarismo, do liberalismo e da visão focada na liberdade como bases de avaliação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento.

No utilitarismo em sua forma mais clássica, a utilidade é definida como prazer, felicidade ou satisfação, e ela deve ser o foco das avaliações. Como é difícil medir felicidade ou desejo, a utilidade define-se como uma representação numérica das escolhas observáveis de uma pessoa. Nessa visão, as liberdades individuais, os direitos estabelecidos não estão no centro. Além disso, o interesse está no quadro total de utilidade e não de como ela está distribuída entre os indivíduos (SEN, 1999).

O cálculo da utilidade pode ainda ser muito injusto, pois não considera que pessoas que sofrem de privações persistentes tendem a ajustar suas expectativas e desejos a essa situação. As liberdades instrumentais, por exemplo, não são importantes apenas em si mesmas, mas tem um papel de proporcionar às pessoas a possibilidade de enfrentar o mundo com coragem e liberdade. Assim, a base informacional precisa ser mais ampla, focada nas potencialidades das pessoas para escolherem as vidas que justificadamente valorizam. Mesmo assim, é preciso ressaltar que essa visão possui algumas vantagens: ela tem em conta os resultados finais, as consequências e atende ao bem-estar da população (SEN, 1999).

Na visão do liberalismo não é apresentado qualquer interesse pela felicidade ou satisfação dos desejos, e a base informacional consiste nas liberdades e direitos. Com isso, comparando ao utilitarismo torna-se evidente que as avaliações serão incompatíveis. Nessa perspectiva há prioridade total dos direitos, incluindo os de propriedade. Não são avaliados os resultados dessas liberdades, por mais repugnantes que estes possam ser. Essa visão independente das consequências acaba por ser um contrassenso, e algo que se torna bastante problemático, principalmente por levar a violação da liberdade concreta dos indivíduos para realizarem aquelas coisas a que, com razão, atribuem grande importância. Sen (1999) argumenta que podem haver crises enormes de fome sem ter violação dos direitos liberais de ninguém, por exemplo.

3.2 Crescimento e Desenvolvimento Econômico

Não tendo um conceito universalmente aceito de desenvolvimento, surgem diversos modelos que enfatizam apenas a acumulação de capital. Uma solução simplificadora da realidade, que coloca todos os países dentro do mesmo critério de comparação, a renda per capita. A ideia principal é a de que o crescimento econômico distribuído na população leva automaticamente a melhora nos padrões de vida e desenvolvimento econômico. É de consenso que a melhora de indicadores sociais como educação, liberdades políticas, redução da mortalidade infantil estão correlacionadas direta ou indiretamente com o aumento da renda per capita (SOUZA, 2005). Além disso, o crescimento econômico é necessário ao processo de desenvolvimento, pois é através dele que o governo pode realizar gastos sociais. Conforme destacado por Souza (2005, p.7):

O crescimento econômico (g) precisa, portanto, superar o crescimento demográfico (g^*) para expandir o nível de emprego e a arrecadação pública, a fim de permitir ao governo realizar gastos sociais e atender prioritariamente às pessoas mais carentes. Com isso, há melhoria dos indicadores sociais, incluindo melhores níveis educacionais e de consciência ambiental. Sendo ($g > g^*$), sistematicamente, a renda per capita sobe no longo prazo, o que seria a primeira definição de desenvolvimento

Essa ideia é um tanto quanto simplista demais, pois a experiência mostra que o crescimento pode não levar diretamente ao desenvolvimento, pois os frutos dessa expansão da renda podem não beneficiar a economia e a população no seu conjunto. Não necessariamente outros indicadores acompanharão essa evolução. A economia pode crescer, por exemplo, e o desemprego manter-se. Existem três efeitos perversos associados ao crescimento. O primeiro é a concentração de renda e riqueza provocada pela apropriação por poucas pessoas do excedente advindo do crescimento. O segundo, a manutenção de baixos salários que limitam o crescimento dos setores de alimentos e consumo popular, levando ao bloqueio da expansão do setor de mercado interno. E por último, as dificuldades de implantação de atividades interligadas às empresas exportadoras que mais crescem ou de mercado interno (SOUZA, 2005).

Na visão de Sen (1999), os rendimentos reais são um critério insuficiente para avaliação do bem-estar e da qualidade de vida, pois existem variações entre eles e as vantagens de que deles retiramos. Para o autor existem cinco fontes de variação: heterogeneidades pessoais

(diferentes indivíduos possuem diferentes necessidades), diversidades ecológicas (variações ambientais também influenciam no bem-estar), variações no clima social (a comunidade exerce influência na forma como convertemos rendimentos em qualidade de vida), diferenças nas perspectivas relacionais (os recursos necessários para satisfação da autoestima também sofrem influência da comunidade) e distribuição no seio da família (a liberdade dos indivíduos de uma família depende da forma como os rendimentos são distribuídos entre eles).

Conforme Sen (1999), a maior dificuldade na análise do bem-estar baseada em renda per capita reside na diversidade dos seres humanos. As diferenças de idade e gênero, por exemplo podem fazer com que duas pessoas tenham oportunidades ou qualidade de vida completamente diferentes, mesmo quando possuem a mesma renda. Por isso, a avaliação correta deve ser feita através das liberdades concretas, as potencialidades de cada um e da capacidade real de conversão da renda naquilo que se deseja.

Como alternativa o autor apresenta os conceitos de funcionamento e potencialidade. Funcionamento reflete as várias coisas cujo exercício ou posse uma pessoa pode valorizar. Podem variar dos mais elementares como se alimentar e se vestir até os mais complexos como a autoestima. Trata-se de valorizar o próprio processo pelo qual os resultados são provocados. A escolha em si, a liberdade, é um funcionamento valioso (SEN, 1999).

Potencialidade é o conjunto das diferentes combinações de funcionamentos que uma pessoa tem ao seu alcance. É também uma forma de liberdade, a liberdade de realizar diferentes combinações de funcionamentos – de levar diferentes estilos de vida. Como já mencionado, as potencialidades são afetadas por idade, sexo, papel social, geografia, etc. (SEN, 1999).

Na visão do desenvolvimento como liberdade, as pessoas têm de assumir a tarefa de buscar o seu bem-estar, cabendo a elas decidir como usar suas potencialidades da maneira como acreditarem ser a melhor. No entanto, essas potencialidades dependem de dispositivos sociais e os rendimentos são apenas uma variável desse processo. Por isso, é necessário debater a valoração das diferentes potencialidades em termos de prioridades públicas (SEN, 1999).

Essa visão se diferencia da análise centrada no crescimento do produto per capita por duas razões bem distintas. A primeira é pelo caráter do processo, pois a participação nas decisões

políticas e na escolha social não são consideradas apenas um meio, mas também um fim do desenvolvimento. A segunda, pelo caráter da oportunidade, pois é analisada até que ponto as pessoas têm real oportunidade de produzir os resultados que valorizam. Também se diferencia da visão da perspectiva do capital humano, pois essa última se concentra na atuação dos seres humanos para aumentar as capacidades de produção, e a visão centrada na potencialidade centra-se na capacidade que as pessoas têm de viver a vida que valorizam e expandirem as escolhas reais que têm. Trata-se da distinção entre meios e fins (SEN, 1999).

Por fim, Souza (2005), retomando a corrente de economistas tidos como “economistas do desenvolvimento”, como Prebisch, Furtado, Singer, outros ligados a tradição cepalina e marxistas, mostra que é preciso entender o desenvolvimento como um processo que vai além do crescimento econômico, pois implica mudanças qualitativas nas estruturas econômicas, no modo de vida das pessoas, nas instituições e na estrutura produtiva. Assim, o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna e eficiente, levando a uma melhora do nível de vida de toda população. Esse processo é longo, pois a conduta dos agentes econômicos da economia tradicional de subsistência é muito diferente daquela dos agentes da economia moderna, capitalista. Na primeira temos como objetivo a manutenção do consumo familiar e não o lucro como na segunda, o que nos mostra o quanto as mudanças devem ser em nível qualitativo.

3.3 Subdesenvolvimento e suas estruturas

As economias subdesenvolvidas possuem características em comum. Tais características podem se apresentar como causas e consequências simultâneas para a condição de subdesenvolvimento. Conforme Souza (2005), podemos definir subdesenvolvimento como crescimento econômico insuficiente em relação ao crescimento demográfico, o que leva a rendimentos insuficientes para parte da população que se torna pobre e miserável. Esse crescimento econômico insuficiente é causa, pois leva ao déficit público por conta das discrepâncias de renda, que levam a uma arrecadação insuficiente e maior necessidade de assistência social. E consequência, pois o baixo nível de investimento do setor público leva a redução do crescimento.

Com isso, os países subdesenvolvidos apresentam as seguintes características e pontos de

estrangulamento conforme apontado por Souza (2005):

- a) Crescimento econômico insuficiente em relação ao crescimento demográfico;
- b) índices sociais e ambientais desfavoráveis;
- c) estruturas econômicas inadequadas à adoção de tecnologia e ao crescimento sistemático;
- d) alta concentração de renda, que leva a arrecadação insuficiente do estado e déficit constante;
- e) crescimento lento do setor privado que leva a um aumento da estrutura estatal, agravando mais ainda o déficit e reduzindo os investimentos em infraestrutura, que levam ao aumento da pobreza e da violência;
- f) instabilidade e dependência externa, econômica, tecnológica e financeira;
- g) base exportadora insuficiente e instável;
- h) formação de capital insuficiente pelo baixo nível de renda e dificuldades de captação de capital estrangeiro;
- i) altas taxas de inflação e restrições orçamentárias que inibem o investimento público.

Por outro lado, para Sen (1999), o subdesenvolvimento é visto como carência de liberdades, e o desenvolvimento é o processo de remoção dessas carências e a expansão de vários tipos de liberdades concretas. Com isso, o conceito de pobreza na visão do autor também é diferente. A pobreza seria a privação de potencialidades mais básicas, mais do que a carência de rendimentos. Analisar a pobreza como uma privação de potencialidades e não de rendimentos, desloca a atenção dos meios para os fins, pois os rendimentos são um meio importante para a expansão das potencialidades do indivíduo, elevando sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, seus rendimentos.

4 ECONOMIA CRIATIVA E SUAS RELAÇÕES COM O DESENVOLVIMENTO

Nas sessões abaixo serão apresentadas as relações das principais correntes de pensamento sobre o desenvolvimento econômico com a economia criativa.

4.1 Economia criativa como fonte de crescimento econômico

Revisando o próprio conceito de economia criativa, podemos concluir que, pela visão da literatura aqui apresentada, ela se apresenta como alternativa de desenvolvimento econômico. Como colocado anteriormente por UNCTAD (2010, p.10):

A economia criativa é um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico [...] é um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral;

e por IPEA (2013), que coloca a economia criativa como uma alternativa viável aos países em desenvolvimento, e ainda destaca o papel das indústrias criativas nesse cenário:

As indústrias criativas que utilizam esses recursos não só permitem que os países realizem suas próprias histórias e projetem as suas próprias identidades culturais para si e para o mundo, mas também proporcionam a estes países uma fonte de crescimento econômico, criação de emprego e aumento da participação na economia global (IPEA, 2013, p.22).

É necessário entender quais motivos levam a essa afirmação por esses autores. Analisando os aspectos abordados nesse trabalho sobre desenvolvimento, e ainda explorando o próprio conceito de economia criativa, podemos elencar aqui algumas características que a diferenciam do restante da economia como um todo e que podem nos levar a entender essa relação.

Na visão clássica, o desenvolvimento está associado diretamente ao crescimento econômico, a acumulação de capital e a poupança. Um dos modelos neoclássicos de crescimento mais difundidos é o de Solow, que possui quatro variáveis: produto (Y), capital (K), trabalho (L) e conhecimento ou eficiência (A) do trabalho. A conclusão desse modelo é a de que a elevação da taxa de poupança expande a relação K/L e a renda per capita até a economia atingir o equilíbrio. Além disso, quando a economia converge para o equilíbrio estável de longo prazo, as variáveis do modelo crescem a uma taxa constante. Nesse ponto, somente o progresso técnico determina o

crescimento da renda per capita (ROMER, 1996).

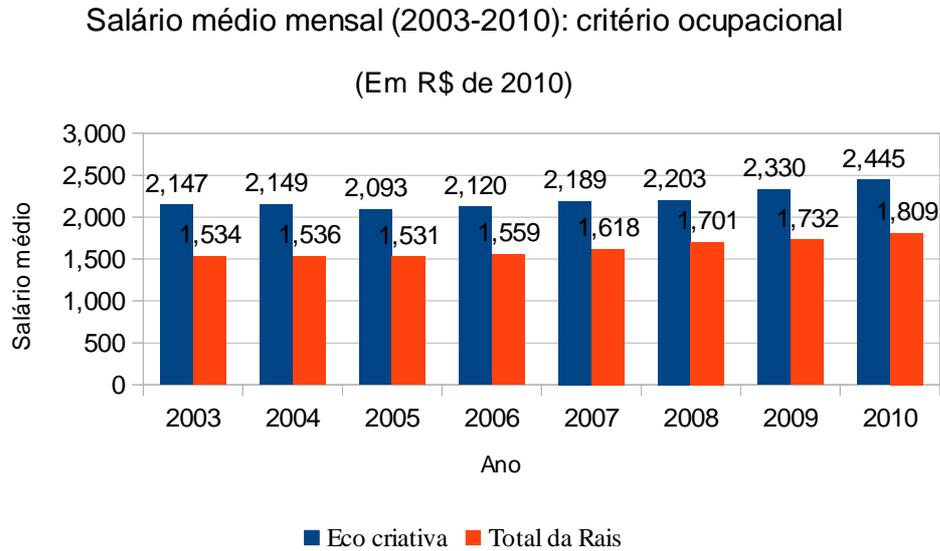
Os clássicos ainda defendem o pressuposto de que quanto maior for o nível de produto ofertado na economia, maior será o pagamento pelos fatores de produção, conseqüentemente os gastos de consumo, logo a demanda. Assim, os fatores chaves para o desenvolvimento são a expansão do capital, a resolução de conflitos distributivos, as inovações tecnológicas, a expansão do comércio mundial e a manutenção de retornos crescentes (SOUZA, 2005).

Por outro lado, os teóricos da demanda efetiva refutam a lei de Say, de que a oferta gera sua própria demanda. Para eles se um dos setores da economia corta o consumo por compressão da sua renda ou para poupar, o equilíbrio é desfeito. Assim, a acumulação de capital só se sustenta se o consumo estiver em rápida expansão, o que eleva os preços e a taxa de retorno do capital, logo os investimentos. A preocupação central desses modelos é de eliminar o excesso de poupança que tende a se formar na economia, traduzindo-se em insuficiência da demanda efetiva. Isso somente é atingido através da expansão contínua dos investimentos para manutenção da renda e do emprego (SOUZA, 2005).

Se ocorre redução dos salários reais em virtude do crescimento demográfico ou dos rendimentos decrescentes, a demanda é deprimida, assim como a produção (SOUZA, 2005). Nesse sentido, os indicadores de crescimento do produto e renda per capita se tornam centrais para as duas correntes, mesmo que em relações de causa-efeito inversas. Com isso, a primeira hipótese que podemos levantar é se a economia criativa pode apresentar melhores níveis desses dois indicadores.

Se analisarmos os dados da pesquisa de IPEA (2013) feita através do cruzamento das bases de dados nacionais Rais/MTE, que mostra o total de trabalhadores do mercado formal, com a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), podemos ver que os trabalhadores que exercem ocupações criativas têm média salarial maior que o restante da economia, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Salário médio dos setores criativos.



Fonte: Elaboração própria, IPEA (2013)

Através do gráfico podemos ver que na média dos anos a remuneração média dos trabalhadores da economia criativa é 35,76% superior ao restante da economia. Conforme visto na análise de IPEA (2013), os dados não são conclusivos, pois em média trabalhadores da economia criativa possuem escolaridade superior ao restante da economia o que poderia ser uma das causas da renda mais alta. Além do aspecto puramente quantitativo, sobre o mercado de trabalho da economia criativa tem sido documentado na literatura que além de pagar melhores salários as ocupações criativas estão associadas a empregos de melhor qualidade com níveis de satisfação além das ocupações de rotina, por conta do compromisso e senso de envolvimento cultural e criativo (IPEA, 2013).

Sobre a contribuição para o produto e o crescimento desse, podemos analisar os dados de valor adicionado dos anos de 2007, 2008 e 2009, conforme abaixo:

Quadro 2: VA da Economia criativa.

(A preços de 2013)

	2007	2008	2009	Varição 07-08 (%)	Varição 08-09 (%)
Va da Economia Criativa	20.310	29.369	34.029	44,6%	15,9%
Va total	2.287.858	2.580.449	2.794.379	12,8%	8,3%
% do VA	0,89%	0,89%	0,89%	0,0%	0,0%

Fonte: Elaboração própria, IPEA (2013).

Os dados da tabela mostram que as variações no valor adicionado de 2007 para 2008 e de 2008 para 2009 foram superiores na economia criativa do que no restante da economia, 44% contra 12% e 15% contra 8%, respectivamente. Além disso, podemos observar um crescimento na participação do valor adicionado de 28% e 7%.

Uma amostra maior seria necessária para concluir através de dados se a economia criativa realmente possui esse potencial de crescimento econômico. Outro ponto é que os recorte setoriais ou ocupacionais para determinar o valor adicionado da economia criativa ainda são imprecisos por motivos já explorados nesse trabalho.

Contudo, ainda sobre as contribuições da economia criativa para o crescimento do produto, podemos retomar uma das afirmativas feitas por Howkins (2011) de que produtos e serviços criativos possuem elasticidade-renda elevada e que mesmo em períodos de crise o seu comércio mundial não é afetado negativamente. Ainda, o fato de que o crescimento anual dos setores criativos nos países da OECD durante a década de 90 foi duas vezes aquele do setor de serviços como um todo e quatro vezes aquele do setor manufatureiro. Entre 1987 e 2005, os setores ligados a direitos autorais dos Estados Unidos aumentaram sua produção a uma taxa de 5,8% ao ano em comparação a 2,8% ao ano de outros setores, além do número de empregos em 4% ao ano comparados aos 1,6% da economia ordinária. Um dos motivos do crescimento do emprego nos setores criativos pode ser devido a própria natureza dessas atividades que são trabalho intensivas por dependerem da criatividade e dos talentos individuais.

Em relação a importância da expansão do comércio internacional, das exportações e da divisão do trabalho, há uma ligação entre a teoria clássica com as teorias subconsumistas e de

insuficiência de demanda efetiva. A expansão comercial gera economias de escala e induz melhorias infra estruturais melhorando a competitividade empresarial. Além disso, o aumento das exportações gera efeitos de encadeamento sobre as atividades de mercado interno e complementa a demanda efetiva interna, possibilitando novamente a expansão da demanda (SOUZA, 2005).

Conforme evidenciado por UNCTAD (2010), por conta de a economia criativa ter crescente contribuição para o comércio mundial, as questões relativas à interface entre políticas comerciais internacionais e objetivos culturais nacionais estão cada vez mais ganhando destaque na agenda de desenvolvimento. Os fluxos comerciais e de direitos de propriedade intelectual são provenientes de transações internacionais e de transações intra empresas entre multinacionais, e isso está se tornando um grande motor para os laços comerciais mundiais.

Além disso, a transformação dos conhecimentos tradicionais em produtos e serviços criativos reflete os valores culturais de um país e de seu povo. Esses produtos têm potencial econômico e podem tanto ser demandados pelos consumidores locais quanto por consumidores de outros países. Assim, o recurso essencial das indústrias criativas é a sua capacidade de servir os objetivos culturais e econômicos do processo de desenvolvimento (UNCTAD, 2010).

Através dos dados do comércio mundial de produtos e serviços criativos apresentados no quadro 3, podemos ver claramente que as indústrias criativas constituem um novo setor dinâmico no comércio internacional, de alto crescimento nos últimos anos, apresentando-se como uma alternativa para que países em desenvolvimento possam aproveitar dessa oportunidade para expansão das suas receitas e de sua participação no comércio mundial (UNCTAD, 2010).

Conforme destacado por UNCTAD (2010, p.127):

As indústrias criativas já estão provocando aumentos no comércio e no desenvolvimento em um número crescente de países – tantos países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento –, principalmente na Ásia.

Quadro 3: Exportações mundiais de produtos e serviços criativos.

Evolução das exportações mundiais de toda indústria criativa (produtos e serviços) 2002 e 2008
(Valores das exportações em bilhões de \$)

	2002		2008		2003-2008
	Exportações	% Import. mundiais	Exportações	% Import. mundiais	% Taxa de cresc. 03-08
Produtos Criativos	204.948	3,52	406.992	2,73	11,5
Serviços Criativos	62.227	3,79	185.087	4,80	17,1
Total Indústrias criativas	267.175	-	592.079	-	14,4

* O % de importações é dos produtos criativos sobre o total do comércio mundial de mercadorias e o dos serviços criativos sobre o total do comércio mundial de serviços

Fonte: Elaboração própria e UNCTAD (2010).

Como podemos ver através dos dados, o valor total das exportações mundiais de produtos e serviços criativos chegou a \$ 592 bilhões em 2008, contra \$ 267 bilhões de 2002, mais do que o dobro, segundo a UNCTAD (2010). A sua participação relativa no mercado mundial também cresceu, principalmente por parte dos serviços criativos. A taxa média anual de crescimento das indústrias criativas entre 2003 e 2008 foi de 14,4 % ao ano. Os produtos criativos representam a maior parte das exportações de todas as indústrias criativas, mantendo sua média de participação por volta de 70% do total. Por outro lado, os serviços cresceram mais (17,1% contra 11,5%) no total de exportações além de ter sua participação relativa no comércio mundial de serviços aumentada de 3,79% para 4,80% no período.

Outro ponto a ressaltar é que em 2008 a crise econômica mundial prejudicou oportunidades de emprego, de crescimento econômico e de bem-estar social em muitos países, e os setores de exportação continuam a desempenhar um papel importante no processo de desenvolvimento por meio do crescimento da produtividade, da renda, do emprego e pela difusão da tecnologia. Conforme dados apresentados por UNCTAD (2010), mesmo com a queda global de demanda por importações nesse período, levando a uma queda do comércio internacional em 12%, houve crescimento no comércio mundial de produtos e serviços criativos, apesar desse cenário de crise mais amplo. O que nos leva a concluir que as indústrias criativas emergiram nos últimos anos como um dos setores mais dinâmicos do mundo, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento cultural, social e econômico.

Pelas teorias de desenvolvimento de inspiração keynesiana, o entrave principal ao crescimento seria a redução da demanda efetiva. A preocupação central é eliminar o excesso de poupança através do crescimento do investimento. Tendo em conta que uma das variáveis que influenciam o crescimento do investimento são as expectativas futuras de rendimentos, aliada a constatação feita por Howkins (2011) de que os produtos criativos têm elasticidade-renda alta. Isso nos leva a concluir que por um lado o estímulo a setores criativos em relação a outros setores pode ser mais efetivo por conta dessa característica específica, pois isso influencia diretamente nas expectativas de rendimentos por parte dos empresários.

Por outro lado, por se tratarem de produtos que dentro de uma hierarquia de consumo (conforme apresentado aqui através da pirâmide de Maslow) acabam ficando por último, no contexto de países subdesenvolvidos, seria mais efetivo estimular o consumo direto através de modificações na principal variável que determina o nível de demanda por um produto: o poder de compra dos trabalhadores. Além disso, esses países enfrentam baixos níveis educacionais (o que está intimamente ligado ao hábito de consumir cultura). O melhor exemplo para uma iniciativa nesse sentido é o vale-cultura no Brasil que é um benefício de R\$50,00 concedido pelas empresas em parceria com o governo, através da isenção de tributos, para pessoas de baixa renda consumirem produtos e serviços culturais. Além dele contribuir para criar o hábito de consumir esses produtos, fomenta o crescimento dos setores culturais.

Conforme visto nesse trabalho, as teorias desenvolvimentistas, representadas principalmente pelos teóricos da CEPAL, tinham o entendimento de que um país só poderia sair da condição de subdesenvolvimento através do planejamento centralizado do seu processo de industrialização. Para os autores, a conquista de uma base industrial forte e uma maior capacidade tecnológica são cruciais. Ainda, conforme destacado por Souza (2005), para a geração de vantagens comparativas dinâmicas é necessária a adoção de uma política econômica ativa e aperfeiçoamentos institucionais constantes.

Nesse contexto, UNCTAD (2010) mostra que a economia criativa é um elemento fundamental da política industrial. Através dela as estratégias de desenvolvimento industrial podem explorar o dinamismo das indústrias criativas. Tal dinamismo, que pôde ser observado através dos dados colocados nesse trabalho, e que se torna fundamental para a geração de

crescimento, produção, exportações e emprego. Além disso, essas estratégias são adequadas às condições atuais de globalização e de mudanças estruturais, nos levando a crer que uma reorientação da política industrial no sentido de promover o crescimento das indústrias criativas é algo imprescindível para países em desenvolvimento. Em muitos países têm se buscado a promoção de exportações culturais e a proteção das indústrias criativas domésticas mais vulneráveis (UNCTAD, 2010).

Todos esses fatos e dados nos levam a acreditar que a economia criativa seja uma forma de promover crescimento econômico diretamente. No entanto, ainda existem questões metodológicas a serem superadas para uma medição correta da contribuição dos setores criativos. Como apresentado anteriormente, há diferentes modelos e visões que abrangem diferentes tipos de atividades dentro do que se considera indústria criativa. Isso leva a diferentes resultados para essa análise. É importante ir além para avançar no entendimento das cadeias de valor da economia criativa e das suas relações com os setores tradicionais, pois ela promove avanços em termos de produtividade através, principalmente, da sua relação direta com tecnologias digitais

Dentro dessa visão, é importante retomar a teoria schumpeteriana de desenvolvimento. Segundo essa, o processo de desenvolvimento ocorre através de mudanças revolucionárias, alterações do estado de equilíbrio previamente estabelecido. Tais mudanças ocorrem na órbita da produção, através da criação de novos produtos, processos, tecnologias e mercados. Schumpeter nega que mudanças no comportamento dos consumidores possam alterar o estado de equilíbrio da economia. Além disso, os novos produtos, ou os já existentes sendo ofertados a um preço inferior, encontram demanda. Essa quebra de equilíbrio, do fluxo circular de renda, aumenta a disponibilidade de bens, melhora a qualidade dos produtos e serviços e a renda média dos indivíduos.

Por isso, o centro da teoria schumpeteriana é o processo de inovação. O novo provoca o deslocamento da função de produção, a mesma apresentada pelos clássicos. O dinamismo da economia está definido pelo empresário que se vê pressionado pelo mercado concorrencial a sempre inovar.

Com isso, podemos concluir que os estudos de economia criativa estão intimamente ligados a essa teoria de desenvolvimento. A economia criativa tem sua origem na criatividade,

habilidades e talentos individuais. Essas duas áreas de pensamento enxergam o processo de desenvolvimento sendo impulsionado pelos mesmos fatores: a criatividade, a inovação, a novidade. Não seria exagerado dizer que pela teoria schumpeteriana o centro do desenvolvimento das economias modernas está no conjunto de atividades que foi delimitado aqui como indústrias criativas.

Além dessa relação mais aparente, que é o processo de criação em si, é importante destacar que o aprimoramento de técnicas de produção e processos da visão de Schumpeter estão presentes também na economia criativa. As empresas têm se tornado cada vez mais dependentes do uso de tecnologia alinhada aos seus processos mais tradicionais, tanto pelo lado da automação de processos rotineiros quanto pelo próprio processo de criação em si. O emprego da criatividade e dos recursos dos setores criativos torna-se cada vez mais importante, pois a competitividade da empresa inovadora depende além dos preços, da qualidade dos produtos, de seu design e funcionalidade e sobretudo da novidade que ele representar.

Conforme destacado por Himanen (2005), o crescimento tem sido gerado cada vez mais pela combinação de dois elementos: inovações tecnológicas e sociedades em rede. Em sua análise o trabalho analítico/simbólico tem extrema importância e os países devem procurar desenvolver-se através da inovação tecnológica, confiando na técnica e na criatividade. Isso porque sob as pressões da competição internacional e a nova divisão global do trabalho, os trabalhos e a produção rotineira estão sujeitos a concorrência de baixo custo dos países asiáticos. É preciso reforçar a produtividade através da inovação, fazendo com que a criatividade torne possível aumentar os valores produzidos e a eficiência geral da produção.

Dentro da análise das indústrias criativas, foram apresentados diferentes tipos de classificação para as indústrias criativas. Dentro dessas foi destacado que existem ocupações criativas fora dessas indústrias, ligadas a setores tradicionais. Inclusive, no trabalho de O'Connor (2010) foi colocado que há mais trabalhadores criativos fora das indústrias do que dentro delas. Isso, está ligado a ideia de que a criatividade é vista como um recurso de toda economia, incorporada em uma série de atividades.

O modelo de classificação “criativos incorporados” sugere que as indústrias criativas não são indústrias propriamente ditas, mas parte de um sistema de inovação da própria economia,

buscando conectar a teoria evolucionária schumpeteriana com a retórica revolucionária da web 2.0. Seria uma tentativa de responder aos problemas apresentados pelos economistas neoclássicos no estudo das indústrias criativas, pois essas não seriam tomadoras de preço no mercado, lidam com constante incerteza e valor desconhecido. A resposta para essas questões estaria nas interações através de redes sociais, pois através dessas interações que o valor é estabelecido (O'CONNOR, 2010).

4.2 Economia criativa na visão contemporânea de desenvolvimento

Na visão de Marx, está na base que sustenta a existência do capitalismo o conflito distributivo que se realiza na órbita do capital e do trabalho, através da exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, esses definidos como os proprietários dos meios de produção. Toda análise de Marx do sistema capitalista está baseada na teoria do valor-trabalho, segundo a qual a quantidade de trabalho incorporado num bem constitui a base do seu valor de troca. Com isso, as rendas que não derivam do trabalho e são apropriadas pelos capitalistas são considerados fruto de exploração dos trabalhadores (SOUZA, 2005).

O relacionamento conflituoso entre as duas classes, capitalistas e trabalhadores, é caracterizada como uma relação social. Esses antagonismos surgem das próprias contradições internas do sistema, gerando, na sua concepção, disputas e mudanças. Na evolução da acumulação do capital, a concorrência por fatias crescentes de mercado gera os grandes grupos empresariais, a manutenção constante do desemprego (exército industrial de reserva) em ritmo crescente, além da concentração da renda e da riqueza. O progresso técnico tende a trazer consigo desequilíbrios e modificações nas relações de produção e isso levaria ao agravamento dos conflitos entre os agentes econômicos (SOUZA, 2005).

Essas contradições internas, materializadas na tendência declinante da taxa de lucro, à medida que o crescimento e a acumulação de capital avançam, dariam origem ao sistema socialista de produção. Visão próxima de outros autores que também previam o fim do capitalismo como Stuart Mill e Schumpeter (SOUZA, 2005).

Os ideais socialistas representados por Marx e outros autores, colocam que o capitalismo promove uma sociedade injusta e desigual, pois concentra a riqueza e o poder num pequeno

segmento da sociedade (a classe capitalista, ou burguesa), e não oferece oportunidades iguais para todos a fim de maximizarem suas potencialidades. Assim, o socialismo seria um estágio posterior ao capitalismo, livre dessas opressões, permitindo que os indivíduos possam participar no processo de evolução da sociedade de forma democrática, tanto na esfera da vida política, quanto na econômica (BRITANNICA, 2009).

Constata-se que ainda não chegou a era do declínio do capitalismo, pois conforme destacado anteriormente, o crescimento das economias capitalistas, em um mundo cada vez mais globalizado, tem elevado indicadores de desenvolvimento em diversos países. O desenvolvimento explica-se hoje muito mais por inovações tecnológicas do lado da produção e pela ampliação das áreas de mercado em nível mundial pelo lado do consumo. Incontestavelmente os mecanismos de mercado prevaleceram. A procura por bens materiais cedeu lugar a maior demanda por lazer e por bens de conteúdo simbólico. As evoluções culturais e espirituais constituem preocupações fundamentais nesse novo cenário.

No entanto, transcendendo o conceito de desenvolvimento baseado em crescimento, observamos que a elevação de indicadores de crescimento econômico e renda per capita não são suficientes para melhoria do bem-estar. Desequilíbrios econômicos e desigualdades sociais continuam sendo grandes desafios atuais, apesar dos avanços tecnológicos e da prosperidade que marcam o crescimento da economia mundial. Esses modelos não foram capazes de reparar essas assimetrias. Algumas economias em desenvolvimento cresceram, mas a pobreza continua sendo o principal problema a ser solucionado, não somente nesses países, mas também em muitos países de média renda e em economias em transição. É preciso ir além, buscando uma abordagem que considere as realidades específicas dos países, reconhecendo suas diferenças culturais, identidades e necessidades. É preciso trazer questões relacionadas à cultura e a tecnologia para o foco principal (UNCTAD, 2010). Conforme destacado por UNCTAD (2010, p.37):

As estratégias de desenvolvimento devem ser atualizadas a fim de se adaptarem a mudanças culturais, econômicas, sociais e tecnológicas de longo alcance que estão transformando nossa sociedade rapidamente

Os ideais socialistas estão muito próximos da visão de Sen(1999) sobre o desenvolvimento. Para o autor, as expansões das liberdades individuais representam os fins e os meios pelos quais o desenvolvimento ocorre e se torna, por esse prisma, algo relevante e urgente

de ser avaliado e impulsionado. O desenvolvimento para o autor consiste na remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas pouca escolha e oportunidade para exercerem sua ação racional, de levarem a vida que desejarem. O sucesso de uma sociedade é visto pelo grau de liberdade que seus indivíduos exercem.

Para o autor educação eficaz, emprego rentável e segurança econômica e social estão entre as principais formas de privação. UNCTAD (2010) ainda destaca que o desenvolvimento humano vai além de indicadores de saúde e educação, mas também deve buscar um padrão de vida digno, liberdade política, respeito à diversidade e a construção de sociedades mais inclusivas através de políticas que reconheçam as diferenças culturais e perspectivas multiculturais. Esses direcionamentos também são expressos pelos oito objetivos do milênio, traçados pela PNUD em 2000 para até 2015. Sendo eles:

- a) Erradicar a fome e a pobreza extrema;
- b) universalizar a educação primária;
- c) promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres;
- d) reduzir a mortalidade infantil;
- e) melhorar a saúde materna;
- f) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
- g) garantir a sustentabilidade ambiental;
- h) estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento.

A questão inicial que pode ser levantada é se a economia criativa possui dispositivos para remoção dessas restrições, além dessas para a redução das desigualdades sociais, de gênero, e de renda. UNCTAD (2010) salienta que iniciativas culturais de base promovem a inclusão social e podem ser potencializadas a partir da abordagem da economia criativa, tornando-se uma ferramenta para atenuar tensões sociais. Além disso, o desenvolvimento de certas indústrias criativas pode auxiliar na inclusão de minorias normalmente excluídas e reduzir disparidades de gênero, pois muitas mulheres trabalham na produção de artesanato, moda e áreas afins. Como a característica da população de países pobres é de possuir uma grande proporção de jovens e

mulheres que necessitam de melhor acesso à educação e empregos, a economia criativa apresenta-se como um meio viável de redução da pobreza.

Em relação aos objetivos do milênio, UNCTAD (2010) destaca que a economia criativa possui um potencial significativo para contribuir com o alcance de, pelo menos, os seguintes seis componentes específicos:

- a) O desenvolvimento sustentável das indústrias em nível local e das pequenas empresas: pois as manifestações da cultura de um povo permeiam as vidas de homens, mulheres e crianças, constituindo um elemento significativo na promoção de sua felicidade e bem-estar. Como a unidade de negócios da economia criativa normalmente é pequena, constituída de negócios familiares, o produto tem origens diferentes e a produção ocorre em pequena escala, as indústrias criativas são apropriadas para auxiliar na regeneração da comunidade e na sustentabilidade de sociedades tradicionais;
- b) igualdade entre os gêneros: o processo criativo oferece diversas oportunidades para as mulheres participarem na atividade criativa, principalmente no artesanato (tecelãs, oleiras, entalhadoras, etc.) e na moda (artesãs do couro, joalheiras, tecelãs de juta e seda, bordadeiras, etc.);
- c) estratégias de desenvolvimento sustentável: Recentemente vem surgindo uma tendência positiva do consumo ético, ligada a produtos que dependem da biodiversidade. Um dos atributos da economia criativa é que ela pode gerar recompensas econômicas que levam a ganhos para a cultura, para o ecossistema e para a diversidade, além de estimular a criatividade e o envolvimento ambiental e cívico promovendo benefícios;
- d) parcerias globais para o desenvolvimento: pois através da cooperação internacional os países em desenvolvimento podem alcançar com maior facilidade as suas metas dos ODM (Objetivos do Milênio). A economia criativa apresenta-se como uma ferramenta para criação de todos os tipos de parceria, principalmente através da melhoria da produção cultural e dos prospectos comerciais dos países em desenvolvimento, facilitando o acesso ao mercado global de atividades culturais e produtos e serviços criativos.
- e) estratégias para inclusão da juventude marginalizada: A economia criativa pode

apresentar-se como um senso de propósito em vidas que de outra forma seriam improdutivas. O envolvimento em atividades criativas pode elevar a autoestima e a consciência social. As artes e demais atividades culturais são comprovadamente um meio de envolver os jovens, além do que muitos deles já se encontram nessas atividades na economia informal. Conforme destacado por UNCTAD (2010, p.38):

Atualmente, os jovens são intensamente atraídos por expressões culturais e criativas não convencionais, tais como a arte do grafite, *cartoons* e artes gráficas, hip-hop e videogames. Alguns deles, inclusive, trabalham sem remuneração produzindo conteúdo criativo na Internet ou em telefones celulares para entreter outras pessoas. Essa motivação é digna de atenção – com a mudança dos valores sociais, o crescimento econômico se apoia em novas ideias, habilidades, na capacidade de superação e na busca por novas oportunidades. Especialmente para a nova geração, o trabalho criativo costuma ser interativo, acontecendo no contexto de redes sociais. Por essa razão, os jovens estão acostumados a trabalhar e a viver com mais autonomia em um contexto informal e flexível;

- f) Disseminação do acesso a novas comunicações: o acesso à tecnologia é um dos focos centrais do debate sobre economia criativa, devido ao uso dela para a confecção dos mais diversos produtos criativos. Isso provoca um transbordamento muito positivo para o restante da economia, pois além de promover a criatividade, influencia nas relações de negócio e no acesso aos mundos real e virtual de forma mais ampla.

4.3 Uma nova classe

Ainda retomando a visão de Sen (1999), há liberdades instrumentais que melhoram as condições para que as pessoas obtenham resultados. Dentro dessas estão os dispositivos econômicos que respeitam as oportunidades de que os indivíduos dispõem para utilizar esses recursos para consumo, produção ou troca. Para Marx, está no centro do processo de exploração capitalista a remuneração injusta pelo trabalho individual, e isso somente ocorre pois os trabalhadores não são proprietários dos meios de produção.

O que nos leva a questão se a economia criativa poderia, de certa forma, atenuar o processo de exploração considerado por Marx em sua análise, promovendo uma sociedade mais igualitária ou até mesmo reverter um pouco da lógica da propriedade dos meios de produção. Além disso, se dentro da visão de Sen (1999) os trabalhadores criativos exercem maior liberdade na utilização dos recursos econômicos para produção.

Nesse contexto, Florida (2011) destaca as mudanças que estão em curso contemporaneamente, e o surgimento do que ele denominou classe criativa. Essa valoriza a criatividade, a individualidade, as diferenças e o mérito. Essas mudanças que estão em curso, ocorrem nos princípios e valores das sociedades, e no modo de viver e trabalhar das pessoas comuns. Nessa adaptação às estruturas sociais e ao ritmo de vida cotidiana, a individualidade e o estilo pessoal são mais valorizados do que a conformidade dos princípios organizacionais tradicionais.

Frequentemente classificamos os indivíduos com bases em seus hábitos de consumo, estilos de vida ou renda. Dizemos que alguém é “classe média”, por exemplo. Para Florida (2011), apesar desses indicadores serem relevantes, hoje não são mais fatores determinantes. Para o autor: “Uma classe corresponde a um grupo de pessoas que compartilham interesses e costumam pensar, sentir e comportar-se de modo semelhante” (FLORIDA, 2011, p.8) e o que determina essas semelhanças é a atividade econômica dessas pessoas. Esse é o ponto fundamental de distinção entre os trabalhadores da classe criativa e o restante da economia. A diferença está no que ela é paga para fazer. Eles ganham para criar e têm muito mais autonomia e flexibilidade que os demais, que são remunerados para realizarem um trabalho já pré-determinado.

Para Florida (2011), dentro de sua classificação de classe criativa, esse grupo seria o que mais crescerá ao longo do século XX. Exemplo colocado pelo autor é dos Estados Unidos que teria um crescimento de mais de 1.000% nesse período, e considerando de 1980 até a data da publicação do seu livro, ela teria dobrado de tamanho. Cerca de 15 milhões de americanos, mais de 12% da força de trabalho, fazem parte do centro hipercriativo dessa nova classe, ultrapassando em tamanho a tradicional classe de trabalhadores ligados aos setores de produção, construção e transporte, observada por Marx no século XIX.

Há, para o autor, uma simbiose entre a vida pessoal e o trabalho, pois esses indivíduos, estão altamente identificados com suas atividades remuneradas. Como ele coloca: “[...] as pessoas passariam a impressão de estar sempre trabalhando e, ainda assim, de nunca trabalhar na hora devida” (FLORIDA, 2011, p.3). Por eles é levado em consideração não só questões financeiras, mas a possibilidade de expressarem sua identidade, de determinarem o seu horário e de realizarem trabalhos instigantes, vivendo em comunidades que refletem os seus valores e suas

prioridades. Regras e códigos de vestimenta foram flexibilizados para atender ao processo criativo. Ou seja, há um grau maior de liberdade e de escolha para esses trabalhadores.

Por mais que estejamos em um mundo onde os mecanismos de mercado e concorrência ainda imperem, por mais que pessoas possam ser contratadas e despedidas a qualquer momento, temos que lembrar que os principais recursos da economia criativa são a criatividade os talentos individuais. Eles não podem ser comprados e vendidos, ativados ou desativados por quem estiver contratando. É por isso que vemos surgir uma nova ordem no ambiente de trabalho, que privilegia a diversidade, por uma simples questão de sobrevivência econômica. A criatividade está presente em todas as pessoas, independentemente da cor, do gênero, e de preferências pessoais (FLORIDA, 2011). Por isso, o trabalho criativo apresenta-se como mais inclusivo e igualitário perante toda a sociedade, como coloca Florida (2011, p.5):

O capitalismo também expandiu seus horizontes para abarcar talentos de grupos marginais e inconformistas que até agora eram excluídos. Com isso, desencadeou outra reviravolta impressionante: levou os que antes eram vistos como rebeldes excêntricos atuando à margem para o centro do processo de inovação e crescimento econômico

Ainda é importante destacar que a visão do autor é de que essas mudanças que ocorrem na esfera do trabalho estão transformando a sociedade como um todo. O indivíduo criativo não é mais encarado como um membro à parte, ele, na verdade, representa a nova cultura predominante. O autor coloca que estamos passando de um sistema corporativo centrado em grandes empresas a um sistema mais voltado para o indivíduo. As grandes empresas não estão à beira da extinção e também não estamos passando para uma economia centrada em pequenos negócios e em “agentes livres” independentes, mas as pessoas, na medida em que são a principal fonte de criatividade, representam o principal recurso dessa nova era (FLORIDA, 2011).

Hoje, ter acesso às pessoas talentosas e criativas é tão essencial quanto o era no século XIX quando a matéria-prima que vinha era da natureza. Por isso, a solução para o desenvolvimento não está em melhorar as condições de vida dos mal pagos, subempregados e desprovidos através de programas sociais, muito menos restituir o trabalho operário dos velhos tempos, mas em estimular a criatividade desses indivíduos, pagar devidamente por isso e integrá-los à economia criativa (FLORIDA, 2011).

Por isso, pode-se concluir que apesar de persistirem os mecanismos de mercado, o

capitalismo e sua lógica de exploração, para fora da fricção da luta de classes, surge essa nova classe. Como comentado no início desse trabalho, os valores da geração atual estão em plena revisão e os indivíduos estão cada vez mais identificados com suas atividades remuneradas. Novamente, a economia criativa e seus trabalhadores aparecem como uma alternativa frente às dificuldades enfrentadas nesse sentido pelos países em desenvolvimento.

4.4 Os desafios do regime de direitos autorais

Existem necessidades por parte da sociedade como um todo de ter acesso à informação e a conteúdo protegido por direitos autorais. É uma necessidade, principalmente, de países em desenvolvimento na tentativa de elevar os níveis educacionais de suas populações e reduzir sua pobreza. Por isso, existem diferentes abordagens para tratar desse problema. A primeira incentiva o acesso através de determinados atos, previstos em lei, que permitem o uso sem autorização do proprietário. Isso é parte de um processo delicado que busca equilibrar as necessidades dos criadores e empresas criativas e a manutenção do incentivo à criação com o interesse dos usuários e do público em geral no acesso à informação e conhecimento. A segunda, incentiva os países em desenvolvimento a buscar alternativas em outros tipos de licença menos restritivas e em comunidades de código aberto de tecnologia (UNCTAD, 2010).

Em termos de licenças alternativas, UNCTAD (2010) ainda destaca a aplicação da licença *Creative Commons*, produto de uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo facilitar o acesso a materiais protegidos por direitos autorais. Através de uma autorização prévia do autor que, em vez de optar por uma licença *copyright* comum, pode publicar seu trabalho com opções mais flexíveis. A intenção é de criar um espaço para compartilhamento entre os criadores, principalmente, através da internet, expandindo o acesso à informação.

UNCTAD (2010) também elenca uma série de problemas relacionados a prática dos direitos autorais. Em síntese, esses problemas estão relacionados principalmente:

- a) Às dificuldades de mensuração das transações dos direitos, ficando difícil de dizer se os criadores realmente se beneficiam dos ganhos do seu trabalho;
- b) à pirataria, que por conta da inundação desses produtos em países em desenvolvimento acaba por prejudicar criadores, autores e produtores domésticos, o que põe em risco a

diversidade cultural e a identidade nacional, além de desestimular empreendedores e empresas criativas;

- c) ao fato de os direitos autorais terem característica de bem público, que se deve a eles serem não rivais e não excludentes, o que significa que o seu uso por uma pessoa não reduz sua utilidade para outras pessoas. Conseqüentemente, o uso do bem pode ser ilimitado e, adicionando o fato de que o custo de produção é alto e o de reprodução é baixo, isso leva a um desincentivo econômico à comercialização de novas obras;
- d) às práticas monopolistas, que devem ser combatidas quando esses direitos exclusivos forem exagerados e levarem a elas, pois a disponibilidade de produtos substitutos com diferentes preços reduz a participação de mercado e diminui o impacto restritivo potencial das situações de monopólio.

Assim, com base no que foi demonstrado é preciso pensar como alternativa uma abordagem sob medida que atenda a duas demandas contraditórias: proteção e acesso.

As necessidades de proteção, como já mencionado anteriormente, nos mostram que uma estrutura de direitos autorais é imprescindível para o crescimento e desenvolvimento econômico realizado através das indústrias criativas. Além disso, os países em desenvolvimento possuem vasto material cultural, que representa um ativo em potencial, que se não protegido perde seu valor econômico. Por conta disso, a legislação precisa ser eficiente nesse sentido.

Por um outro lado, é preciso ter em conta as necessidades de acesso, pois, principalmente os países em desenvolvimento precisam fazer uso de material protegido. Conforme destacado por UNCTAD (2010) esses países têm pouco espaço político no atual regime internacional.

Fazendo uso de todas as possibilidades oferecidas pelo regime de direitos autorais é possível encontrar esse equilíbrio, conforme sintetizado por UNCTAD (2010, p.187):

A propriedade intelectual pode oferecer uma série de ferramentas que podem atender de forma complementar a ambas as preocupações econômicas e culturais, reforçando as ligações entre os valores culturais e os produtos culturais valiosos. Usando todo o espectro das opções de direitos, o regime de direitos autorais pode servir para avaliar adequadamente os incentivos e recompensas para criadores com a questão do acesso, de uma forma que realmente promove a criatividade sem entrar em contradição com as convenções internacionais de propriedade intelectual

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto nesse trabalho, a economia criativa representa o conjunto de atividades e setores que fazem uso da criatividade como seu principal insumo. Num contexto de mudança nos padrões de consumo e produção, tais setores e atividades vêm ganhando cada vez mais representatividade no cenário internacional, e vêm chamando atenção as suas potencialidades para que alguns países possam elevar seu crescimento e demais indicadores de desenvolvimento humano de maneira alternativa.

Quanto à discussão das indústrias criativas, ficou claro que por conta de tratarmos de um conceito de recurso muito subjetivo que é a criatividade, ainda é um desafio a ser superado a construção de um modelo que consiga delinear de forma precisa e única quais setores, atividades e ocupações compõe de fato a economia criativa. Pelos diversos modelos analisados, foi possível concluir que não há modelo certo ou errado, mas diferentes formas de realizar a análise desse conjunto, ficando a cargo de quem estiver realizando a levantamento, acionar um modelo ou outro.

Intimamente ligada aos processos de inovação e fazendo amplo uso de tecnologias digitais e de comunicação, ela levanta questões acerca dos desafios, ganhos e perdas dos regimes de propriedade intelectual, tornando-se essa questão de extrema relevância para países em desenvolvimento no que tange à comercialização dos seus produtos criativos. Nesse sentido é necessário buscar alternativas para que os ganhos advindos dessa comercialização retornem a esses países, além do acesso que esses precisam ter a conteúdos protegidos para desenvolvimento de suas economias.

Pela análise realizada sobre modelos de desenvolvimento econômico, foi possível ver que tal discussão é ampla, e não pode estar restrita a visão de um modelo ou outro. Dizer que os modelos clássicos estão superados é tentar realizar um juízo de valor do que é melhor ou pior em termos de análise econômica. Como visto nesse trabalho, cada uma dessas visões contribui de alguma forma para entender as condições de subdesenvolvimento dos países.

Falar de desenvolvimento atualmente, significa olhar além do crescimento (tanto pelo lado da oferta, quanto pelo lado da demanda), da industrialização e do fluxo circular da renda.

Nesse sentido, a visão de Sen (1999) foi de grande contribuição para olhar o desenvolvimento como os fins e os meios de um processo que busca expandir as potencialidades de cada ser humano, indo muito além dos objetivos de elevação da renda per capita.

Foi perseguida aqui uma sobreposição de cada uma dessas visões com as características específicas e diferenciadas da economia criativa. Foi possível concluir através dos dados apresentados que podem existir relações diretas entre a economia criativa e o desenvolvimento econômico. Há, primeiramente, um forte potencial para os países em desenvolvimento trabalharem seus setores criativos, pois os indicadores de valor adicionado, exportações e renda média pareceram ser bastante superiores comparados ao restante da economia, mesmo em períodos de crise. É importante ressaltar que seriam necessários dados mais aprofundados para afirmar o grau dessa relação, mas que há sim fortes indicativos desse potencial.

Foi visto também que pela literatura o crescimento tem sido gerado cada vez mais pelas inovações tecnológicas em sociedades em rede. O trabalho analítico/simbólico que permeia toda economia criativa tem extrema importância e os países devem procurar desenvolver-se através da inovação tecnológica, confiando na técnica e na criatividade, pois os trabalhos e a produção rotineira estão sujeitos a concorrência de baixo custo de alguns países, além de que é preciso reforçar a produtividade através da inovação, fazendo com que a criatividade torne possível aumentar os valores produzidos e a eficiência geral da produção.

Dentro de uma visão alternativa, foi possível visualizar os principais cruzamentos com os ideais socialistas e de Sen (1999) de desenvolvimento com a economia criativa, através da demonstração de que está presente nela a potencialidade de auxiliar na inclusão de minorias normalmente excluídas e reduzir disparidades de gênero. Muitas mulheres e jovens trabalham na produção desses setores e como a característica da população de países pobres é de possuir uma grande proporção de jovens e mulheres que necessitam de melhor acesso à educação e empregos, a economia criativa apresenta-se como um meio viável de redução da pobreza e das desigualdades.

Por fim, e ainda nesse contexto, o conceito de classe criativa representa as mudanças que ocorrem na esfera do trabalho, que estão transformando a sociedade como um todo. O indivíduo criativo não é mais encarado como um membro à parte, ele, na verdade, representa a nova cultura

predominante, uma cultura mais diversificada, inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS

- BRITANNICA. **Socialism**. S.i: Britannica, 2009. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/551569/socialism>>. Acesso em: 05 jun. 2016
- CORAZZA, Rosana Icassatti; SABBATINI, Rodrigo C.; VALIATI, Leandro. **Criatividade, cultura e inovação**: uma profusão de “modelos” e o desafio da reorientação do desenvolvimento. *Comciência*, [si], v. 150, p.0-0, jul. 2013.
- CHIAVENATO, Idalberto. 2000. **Recursos humanos**. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- FLORIDA, Richard L.. **A ascensão da classe criativa**. S.I.: L&PM Editores, 2011, 452 p.
- FLORIDA, Richard L.. **The Rise of the Creative Class: And how It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life**. S.i: Basic Books, 2002. 404 p.
- HIMANEN, Pekka. **Desafios Globais da Sociedade de Informação**. HIMANEN: Presidência da Republica, 2006. 24 p. (Coleção Debates).
- HOWKINS, John. **Economia Criativa: Como ganhar dinheiro com ideias criativas**. São Paulo: M.books, 2011. 272 p. Tradução de: GRIESI, Ariovaldo.
- IPEA, **Panorama da Economia Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.
- NURSKÉ, Ragnar. **Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- O’CONNOR, Justin. *The cultural and creative industries: a literature review*. Brisbane: Queensland University of Technology. 2010, 103 p.
- PINK, Daniel. **Motivação 3.0: Os Novos Fatores Motivacionais que Buscam Tanto a Realização Pessoal quanto Profissional**. São Paulo: Elsevier, 2010. 240 p.
- RAYMOND, Eric Steven. **A Catedral e o Bazar**. S.I.: O’Reilly Media, 1999.
- ROMER, David. **Advanced Macroeconomics**. 4. ed. S. I: Mcgraw-hill Education, 2011. 736 p. (McGraw-Hill Series Economics).
- RONAN, Colin. *The Cambridge History of the World’s Science*. S.I.: Cambridge University Press, 1983.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. S.I: Companhia das letras, 2009, 464 p.

SOUZA, Nali Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT.
Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma, opção de desenvolvimento.
Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc, São Paulo : Itáu Cultural, 2010.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Unesco world** report: investing in cultural diversity and intercultural dialogue. Unesco, 2009.